

**BARBÁRIE E MODERNIDADE:
AS TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO E O AGRONEGÓCIO NO BRASIL¹**

**Barbárie y Modernidad:
Las transformaciones en el campo y el agronegocio en Brasil**

**Barbarity and Modernity:
The transformations in the agriculture and the agribusiness in the
Brazil**

Ariovaldo Umbelino de OLIVEIRA

Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do
Departamento de Geografia – FFLCH – USP
Correio eletrônico: arioliv@usp.br

RESUMO: Este texto aborda as contradições do desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira. De um lado está a marca da barbárie que deriva da ação dos latifundiários contra os Sem Terra. A luta intensa por direitos dos movimentos sociais na última década do Século XX, está sendo marcada pela violência dos conflitos e dos assassinatos no campo.

De outro, está a participação cada vez mais expressiva do agronegócio na economia em geral e, particularmente, na pauta de exportações do país. Procura-se desvendar o mundo do agronegócio, através de uma demonstração exaustiva de dados que revelam ser a pequena e a média unidade de produção, as responsáveis pela maior parte da produção agropecuária.

O texto aborda também o lugar do agronegócio no conjunto do capitalismo mundializado. Trata igualmente, das características básicas do processo de mundialização e da atuação do capital na agricultura.

A Reforma Agrária é analisada como alternativa importante para o desenvolvimento econômico, social e político para os camponeses Sem Terra do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura brasileira, agricultura camponesa, movimentos sociais, conflitos no campo, agronegócio e mundialização.

RESUMEN: Este texto, "Barbárie y Modernidad: Las transformaciones en el campo y el agronegocio en Brasil" aborda las contradicciones del desarrollo del capitalismo en la agricultura brasileña. Por un lado está la marca de la barbárie que es fruto de la acción de los terratenientes contra los Sin Tierra. La intensa lucha por derechos de los movimientos sociales en la última década del siglo XX, está siendo marcada por la violencia de los conflictos y de los asesinatos en el campo.

Por otro, está la participación cada vez más expresiva del agronegocio en la economía en general y, particularmente, en la pauta de exportaciones del país.

Se intenta desvendar el mundo del agronegocio, por medio de una exhaustiva demostración de datos que revelan ser la pequeña y la media unidad de producción, la responsable por la mayor parte de la producción agropecuaria.

El texto también aborda el lugar del agronegocio en el conjunto del capitalismo mundializado.

La Reforma Agrária es analisada como alternativa importante para el desarrollo económico, social y político para los campesinos Sem Tierra del Brasil.

PALABRAS-CLAVE: Agricultura brasileña, movimientos sociales, conflictos en el campo, agronegocio, mundialización.

Terra Livre	São Paulo	Ano 19, v. 2, n. 21	p. 113-156	Jul/dez. 2003
-------------	-----------	---------------------	------------	---------------

¹ A primeira versão deste texto foi apresentada para discussão em reunião da CPT Nacional – Goiânia-GO 22/10/2003. A segunda versão ampliada, foi apresentada no XII Encontro Nacional do MST – São Miguel do Iguçu – PR, 19 a 24 de Janeiro de 2004.

ABSTRACT: This study "Barbarity and Modernity: the transformations in the agriculture and the agribusiness in the Brazil" is about the development of capitalism on Brazilian agriculture. There is the barbarity of the farmers against the Sem Terra. This intense fight is for social rights development at the last decade of the 20th Century, it has been marked to the violent conflicts and murders on the field.

On the other side, there are the greater participation of agribusiness on the economy, at the exportation in particular. Discovering the agribusiness world through statistics they have shown that small and medium rural property were the responsible for the biggest production.

The paper is about the capitalism and agribusiness in the globalization, too.

The Land Reform is analyzed as an important alternative to the economic, social and political development for Sem Terra peasants.

KEY WORDS: Brazilian agriculture, social movement, field conflicts, agribusiness and globalization.

INTRODUÇÃO

Em pleno início do século XXI, os movimentos sociais continuam sua luta pela conquista da Reforma Agrária no Brasil. As elites concentradoras de terra respondem com a barbárie. Assim, o país vai prosseguindo no registro das estatísticas crescente sobre os conflitos e a violência no campo. A luta sem trégua e sem fronteiras que travam os camponeses e trabalhadores do campo por um pedaço de chão e contra as múltiplas formas de exploração de seu trabalho amplia-se por todo canto e lugar, multiplica-se como uma guerrilha civil sem reconhecimento. Essa realidade cruel é a face da barbárie que a modernidade gera no Brasil. Aqui a modernidade produz as metrópoles, que industrializa e mundializa a economia nacional, internacionalizando a burguesia nacional, soldando seu lugar na economia mundial, mas prossegue também, produzindo a exclusão dos pobres na cidade e no campo. Esta exclusão leva à miséria parte expressiva dos camponeses e trabalhadores brasileiros.

No Brasil, o desenvolvimento contraditório e desigual do capitalismo gestou também, contraditoriamente, latifundiários capitalistas e capitalistas latifundiários. Os integrantes do mundo do agronegócio continuam a pedir o fim dos subsídios agrícolas nos países desenvolvidos, para que a produção mundializada da agricultura brasileira chegue ao mercado mundial. Insistem também, na recusa em aceitar a Reforma Agrária como caminho, igualmente moderno, para dar acesso a terra aos camponeses que querem produzir e viver no campo. Como tenho escrito em meus textos, não se trata, pois de um retorno ao passado, mas, de um encontro com o futuro.

A incansável luta pelo acesso a terra no Brasil, tem esta dimensão da modernidade incompreendida pela elite latifundiária e por parte da intelectualidade brasileira. No Brasil, há intelectuais que preferem acreditar que o campo acabou e que a agricultura é atividade de "tempo parcial" (*part-time farmer*). As pluriatividades estariam agora na agenda do dia, assim, a produção agrícola estaria irremediavelmente em segundo plano. Estes intelectuais afirmam com apoio de parte da mídia brasileira que o campo urbanizou-se e não há mais sentido falar-se em rural. A onda agora é o "novo rural brasileiro", o "rururbano". O campo do Brasil real foi substituído pelo Brasil da ficção virtual que emerge das análises estatísticas da PNAD - Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar que o IBGE levanta. Aliás, esses intelectuais continuam a fazer com que a "estatística seja a arte de torturar os números até que eles confessem", como contou-nos um dia o genial economista José Juliano de Carvalho Filho da FEA-USP, nas reuniões de elaboração do II Plano Nacional da Reforma Agrária do Governo LULA. Há também, entre estes intelectuais, aqueles que travam uma "briga falsa" com as estatísticas do IBGE. Como este Instituto toma como base para seus levantamentos estatísticos o perímetro urbano definido por lei em cada município do país, este critério dos tempos getulistas, "esconderia" um Brasil majoritariamente rural, pois a maioria das cidades brasileiras vive das atividades rurais. Para eles, portanto, a maior parte da população levantada como urbana pelo IBGE é também nesta "ficção virtual da também virtual teoria" uma população rural.

Assim, o Brasil rural virou urbano ou então, o Brasil urbano virou rural. Certamente, nem mesmo os mais dialéticos dos filósofos imaginaria tamanha "dialética do virtual". Para estes intelectuais, que no campus universitário procuram entender o campo, as estatísticas servem *a priori* para justificar e fundamentar concepções contraditórias. É muito provável que nem um e nem outro tenha razão. É preciso ponderar que a amostragem das estatísticas da

PNAD está contaminada pela presença de grande número de amostras que caíram no urbano clandestino computado como rural. Não são somente as estatísticas que registram um Brasil majoritariamente urbano, mas, há de fato, em todas as partes deste país continente, o modo de vida urbano dominando simultânea e contraditoriamente a cidade e o campo. É possível, que tenha faltado a necessária compreensão de que não são os dados que determinam a realidade, mas, ao contrário, é a realidade que determina os dados. Aliás, tem faltado realidade e Geografia do Brasil nos estudos destes intelectuais.

A BARBÁRIE

Outros intelectuais, movidos pela busca da compreensão do Brasil real, vão ao campo estudar as lutas travadas pelos movimentos sociais, procuram interpretar a barbárie que os dados sobre conflitos no campo levantados pela CPT registram. Assim, o campo contém as duas faces da mesma moeda. De um lado, está o agronegócio e sua roupagem da modernidade. De outro, está o campo em conflito. A mesma série estatística que registra os conflitos, retransmite o recado vindo do campo: nem a violência dos jagunços, nem a repressão social democrata do governo FHC e de muitos governos estaduais como o do PSDB em São Paulo, ou mesmo os textos dos intelectuais e a opinião da mídia representante das elites que não vêem esta realidade, são suficientes para impedir a já longa e paciente luta de uma parte dos trabalhadores do campo e de parte dos excluídos da cidade, para "entrarem na terra", para se transformarem em camponeses.

Estamos diante da rebeldia dos camponeses no campo e na cidade. Na cidade e no campo eles estão construindo um verdadeiro levante civil para buscar os direitos que lhes são insistentemente negados. São pacientes, não têm pressa, nunca tiveram nada, portanto, apreenderam que só a luta garantirá no futuro, a utopia curtida no passado. Por isso avançam, ocupam, acampam, plantam, recuam, rearticulam-se, vão para as beiras das estradas, acampam novamente, reaglutinam forças, avançam novamente, ocupam mais uma vez, recuam outra vez se necessário for, não param, estão em movimento, são movimentos sociais em luta por direitos. Têm a certeza de que o futuro lhes pertence e que será conquistado.

Mas, as elites ao contrário, como têm que garantir o passado, vêem na violência e na barbárie a única forma de manter seu patrimônio, expresso na propriedade privado capitalista da terra.

Assim, a lei vai sendo invocada por ambos: uns para mantê-la, outros para questionar o seu cumprimento. O direito vai sendo subvertido e a justiça ficando de um lado só, o lado do direito reivindicado pelas elites. Muitos magistrados são capazes de dar reintegração de posse a um representante da elite que não possui o título de domínio de uma terra que é sabidamente pública. Como tal, sendo pública ela não é passível do reconhecimento da posse. Entretanto, a justiça cega não vê porque não quer. Mas, muitos magistrados apenas vêem quando os camponeses em luta abrem para a sociedade civil a contradição da posse capitalista ilegal da terra pela Constituição. Neste momento, o direito é abandonado e a justiça vai se tornando injustiça. Aqueles que assassinam ou mandam assassinar estão em liberdade. Aqueles que lutam por um direito que a Constituição lhes garante, estão sendo condenados, estão presos. Repetindo, é a subversão total do direito e da justiça.

A luta e a própria Reforma Agrária vão para o banco dos réus. Os camponeses processados e condenados. Instaura-se em nome do rigor do cumprimento da lei, a velha alternativa de tornar os presos políticos em réus comuns. Aliás, de há muito neste país, história e farsa, farsa e história se confundem aos olhos dos mortais. Por isso, "por defender a implantação da Reforma Agrária no Brasil, 17 trabalhadores rurais ligados ao MST foram detidos em todo país. Em uma manobra para intimidar o Movimento, instâncias judiciais emitem mandados de prisão e abusam do seu poder. A detenção de cada um desses trabalhadores representa a prisão de todos os sem terra do Brasil, tratados como fora-da-lei por lutarem contra o latifúndio e pela terra".

Em São Paulo, foram três os militantes rurais detidos no Estado: José Rainha Júnior e Felinto Procópio, o Mineirinho, foram presos em 11 de julho, em Teodoro Sampaio, Pontal do Paranapanema, acusados de formação de bando e quadrilha. A esposa de Rainha, Deolinda Alves de Souza, foi detida em 10 de setembro. Suas prisões fazem parte de uma estratégia para criminalizar o MST que foi desencadeada pelo juiz Atis de Araujo que, em pouco mais de um

ano, decretou a prisão preventiva de 30 integrantes do Movimento, na região do Pontal. No Estado, a Justiça continua perseguindo os trabalhadores: a expedição de mandados de detenção inclui outros oito integrantes do MST: Cledson Mendes, Márcio Barreto, Messias Duda, Eduardo de Moraes, Zelitro Luz, Valmir Rodrigues Chaves, Sérgio Panteleão e Roberto Rainha.

No Estado da Paraíba, oito integrantes do MST... foram presos em junho de 2.002 ... Antônio Francisco da Silva, José Inácio da Silva, José Luiz dos Santos, José Martins de Farias, Marcelo Francisco da Silva, Severino José da Cruz, Severino Ramos dos Santos e Ivanildo Francisco da Silva...

No Estado de Goiás, desde 4 de julho ... quatro trabalhadores também foram presos: Josnei Dias, Claudinei Lúcio Soares dos Santos, Valdinei Vicente Silva e Milton Felipe de Moraes ... na cidade de Fazenda Nova.

No Mato Grosso do Sul, Carlos Aparecido Ferrari e Antonino Alves Lima, o Toninho Borborema, foram presos em 26 de agosto, na cidade de Dourados, em um presídio de segurança máxima. Os mandados de prisão estavam decretados desde dezembro de 2.000, quando o então juiz Eduardo Magrinelli Júnior decretou também a prisão de outros 19 trabalhadores rurais.²

São os novos presos políticos do Brasil da modernidade. Assim, a injustiça da Justiça vai decifrando e interpretando as avessas a continuidade do processo de formação do campesinato brasileiro moderno em pleno século XXI. Um campesinato curtido na rebeldia de quem é capaz de revolucionar a história, mas, contraditoriamente, não ser compreendido pelas elites, em grande parte pela mídia, e o que tem sido mais cruel, não são reconhecidos por muitos intelectuais, cujo único trabalho tem sido ser pago com dinheiro dos próprios trabalhadores para pensar estratégias contra os mesmos. Dessa forma, parece que duas faces de um mesmo processo revelam que, em uma face está a realidade violenta e assassina das lutas no campo. Nela os latifundiários e seus jagunços continuam a assassinar os camponeses à bala. Na outra face, está uma parte dos intelectuais a "assassinar" em seus estudos os camponeses que lutam, morrem, mas continuam a lutar pelo direito de possuir no futuro, um pedaço de chão deste país contidamente apropriado privadamente por tão poucos.

Os números das estatísticas da CPT são implacáveis e revelam que os conflitos no campo seguem sua marcha ascendente. Em 2.000, aconteceram 660 conflitos; em 2.001, foram 880; em 2.002, registrou-se 925; e em 2.003 até o mês de novembro, já são 1.197 os conflitos. Entre os conflitos trabalhistas destacam-se aqueles relativos a superexploração e ao respeito aos direitos e particularmente, a presença do registro de 45 casos relativos à peonagem, também denominada de "trabalho escravo" em 2.001 e 147 em 2.002. Aliás, eles que diminuíram entre 1993 e 1998, quando foram registrados 14 casos, voltaram a crescer atingindo o maior número de casos desde 1990. A situação em 2003, segundo documento da CPT de 17/12/2003, recrudescceu:

"O trabalho escravo, apesar de toda a ação do governo, também apresenta considerável crescimento. Foram recebidas denúncias de 223 situações onde estaria havendo ocorrência de trabalho escravo, envolvendo um número de 7.560 pessoas. 51,7% maior que o total do ano 2002, com 147 situações, e 35% maior no número de pessoas, 5.559. 144 destas situações foram fiscalizadas e 4.725 trabalhadores libertados. O Pará continua sendo o estado com o maior número de ocorrências, 169 denúncias envolvendo 4.464 pessoas. 80 destas denúncias foram fiscalizadas (47,3% do total das denúncias) e 1.765 trabalhadores libertados".

Como se não bastasse a execrada existência e prática do "trabalho escravo", o limite da barbárie não tem fim. No dia 28 de janeiro de 2.004, quatro funcionários do Ministério do Trabalho foram fuzilados quando realizavam vistorias em propriedades onde havia denúncia de "trabalho escravo":

"Fiscais de trabalho escravo são assassinados em Minas."

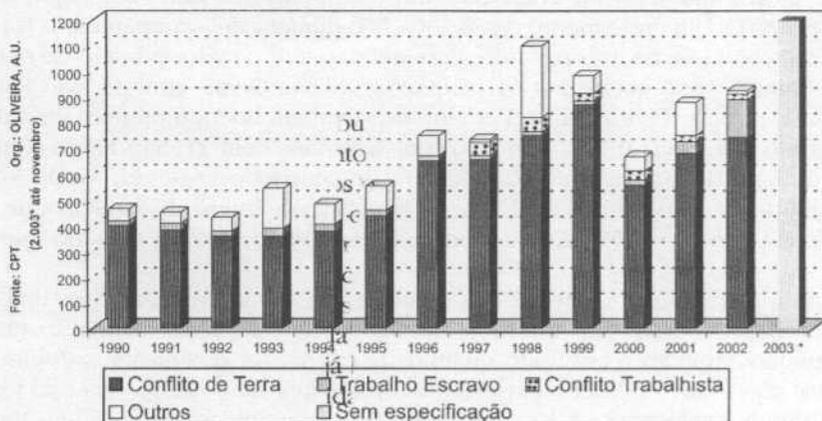
Três auditores fiscais e um motorista do Ministério do Trabalho foram mortos com tiros na cabeça, ontem, quando realizavam vistorias de rotina a 50 quilômetros de Unai, no noroeste de Minas. Na região são comuns as denúncias de trabalho escravo. Eles fiscalizavam a colheita de feijão e costumavam receber ameaças de fazendeiros e de 'gatos' – pessoas que intermediam a contratação da mão-de-obra.³

² Jornal dos Trabalhadores Rurais SEM TERRA, ano XXII, número 233 – setembro de 2.003, p. 10.

³ O Estado de São Paulo – 29/01/2004, primeira página, A1.

É, a já quase permanente barbárie que a modernidade capitalista produz no Brasil, para a sua contínua e histórica acumulação primitiva do capital. O **Gráfico 1** ilustra este processo recente.

Gráfico 01
BRASIL - CONFLITOS NO CAMPO - 1.990 a 2.003*

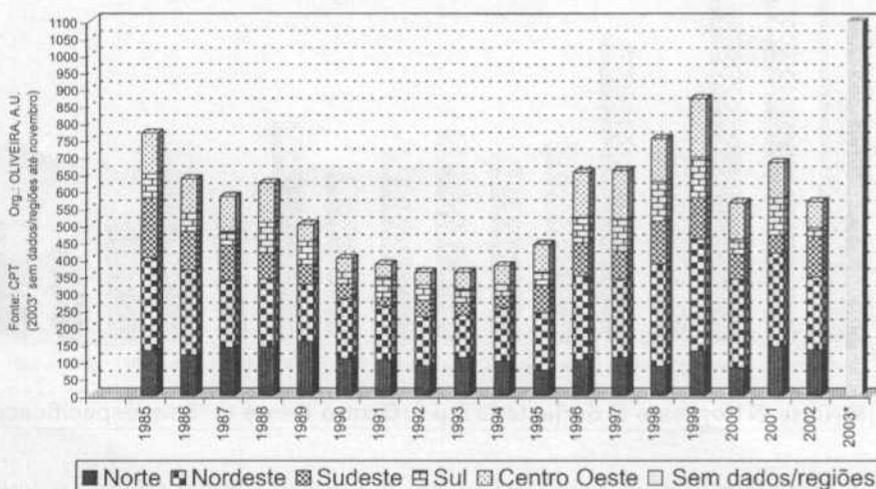


Sobre o crescimento dos conflitos no campo, a Comissão Pastoral da Terra em 17/12/2003, manifestou-se da seguinte forma em sua nota à sociedade:

“A CPT registrou de janeiro a novembro deste ano, 1.197 conflitos no campo, número 36% maior que o registrado em igual período de 2002 (879). Destes, 181 foram no Pará, 160 em Pernambuco e 113 no Paraná”.

Os conflitos relativos a terra indicam, portanto, que após o crescimento contínuo entre 1993 e 1999, quando se saltou de 361 conflitos para 870, a pequena queda registrada no ano 2.000 (556 conflitos), não sinalizava um novo período de queda dos mesmos como havia ocorrido entre 1987 e 1992. Ao contrário, os 681 casos relativos ao ano 2.001 e os 743 de 2.002, voltaram a indicar o crescimento dos conflitos já em pleno século XXI. Inclusive, em 2003, eles atingiram 1.099 casos. (**Gráfico 02**)

Gráfico 02
BRASIL - CONFLITOS DE TERRA - 1985 a 2003*



Continuando, o documento da CPT sobre os dados atualizados referentes aos conflitos de terra em 17/12/2003, trouxe a essência que marcou a diferença na estratégia de ação

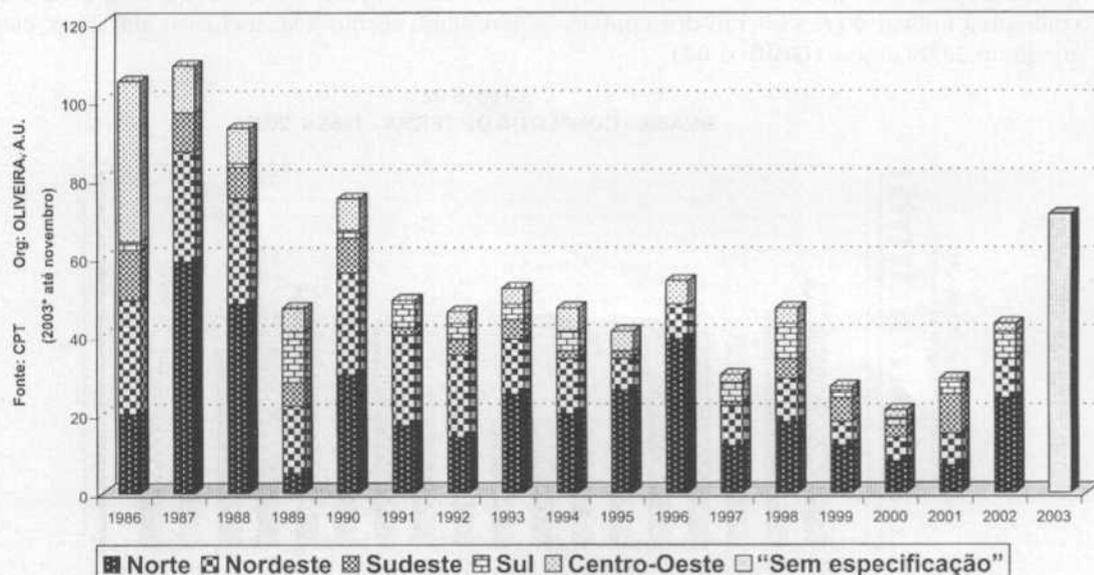
dos movimentos sociais face ao novo quadro conjuntural gerado pela vitória de LULA: **era necessário disputar politicamente o governo LULA**. E passaram a fazê-lo, pois, esta tem sido sua já longa história e suas conquistas somente nasceram das lutas. A continuidade da luta foi o caminho:

“Os conflitos de terra foram 1.099 até novembro de 2.003, contra 742 em 2.002. As ocupações e os acampamentos tiveram aumento considerável, foram 328 ocupações, em 2003, contra 176, em 2002. Um crescimento de 86.36%. Já o número de acampamentos foi 209% maior neste ano, 198, contra 64 no ano passado. Pernambuco tem o maior número de ocupações, 83, seguido do Paraná, onde ocorreram 51 ocupações; Minas Gerais com 35, São Paulo com 23, Mato Grosso, 17, Goiás, 15, e Pará 14. Pernambuco também lidera o número de acampamentos com 40, seguido por Goiás e Pará com 24 cada, Tocantins com 21, São Paulo com 19 e Bahia com 15. O número de famílias que participaram de ocupações este ano foi de 54.368, contra 26.958 durante todo o ano de 2002, 101,6% a mais. Já o número de famílias que acamparam chegou a 44.087, contra 10.750, durante todo o ano passado, 310% a mais do que todo o ano de 2002.”

Quanto à distribuição territorial dos conflitos por terra verifica-se que, embora a maior parte violenta deles ocorram na Amazônia, as regiões brasileiras de ocupação historicamente antigas continuam também registrando quantidade expressiva dos mesmos. Assim, a luta pela terra no Brasil não é um fenômeno exclusivo da fronteira e nem mesmo ela está fechada como escreveram alguns intelectuais. A luta pela terra é um fenômeno presente em todo o campo brasileiro, de norte a sul, leste a oeste.

Outro indicativo da barbárie produzida pela modernidade é sem dúvida alguma os assassinatos no campo. Eles que com pequenas oscilações vinham caindo entre 1.998 e 2.000 (de 38 para 20) também voltaram a aumentar em 2.001 chegando a 29 assassinatos; em 2002, subiu para 43; e até novembro de 2.003, foram 71. O estado do Pará continua sendo o estado aonde a violência chegou à cerca de um terço das ocorrências, vindo em seguida, os Estados de Mato Grosso, Pernambuco e Maranhão. O **Gráfico 03** mostra esta cruel realidade.

Gráfico 03
BRASIL - ASSASSINATOS NO CAMPO - 1986 a 2003*



A CPT, retratando este cenário da barbárie, mostrou os primeiros números desta violência em 2.003:

“De janeiro a novembro a CPT contabilizou 71 assassinatos em conflitos no campo, o maior número nos últimos 13 anos. 77,5% a mais que no mesmo período do ano passado, 40

(43 durante todo o ano de 2002). O Pará é o estado onde a violência contra os trabalhadores continua a ser a maior, 35 assassinatos, dos 71. Pernambuco e Rondônia o seguem com 8 assassinatos cada um, Mato Grosso com 6, e Paraná com 5.

Também cresceram outras formas de violência. Até novembro de 2003, ocorreram 67 tentativas de assassinato, contra 38 em igual período de 2002, 76,3% a mais. O número de feridos em 2003 foi de 50, em 2.002 por sua vez, foram 25, um crescimento exato de 100%. O número de trabalhadores presos foi 265, contra 229 no mesmo período do ano de 2002, ou seja, um aumento de 15%. Os despejos tiveram um crescimento de 227%.

Apesar de estarem surgindo membros do judiciário que incorporaram uma visão social da sua função, no seu conjunto o Judiciário tem aparecido como o grande aliado do latifúndio. A propriedade ainda é vista como um valor absoluto. Os dados sobre os despejos judiciais falam por si só. A prisão de um grande número de trabalhadores, acusados de formação de quadrilha, quando já há jurisprudência consagrada que nega que a luta pelos direitos possa ser considerada como tal, dá o tom da "isenção" de boa parte do Judiciário.

O número de famílias despejadas ultrapassou qualquer limite. Foram 30.852 famílias em 138 ordens de despejo. O maior número de famílias despejadas em um ano desde que a CPT iniciou este registro em 1985. No mesmo período do ano passado, os despejos atingiram 9.243 famílias, em 63 ordens judiciais. Um crescimento de 227% no número de famílias e 119% em mandados judiciais. O Estado com o maior número de famílias despejadas foi o de Mato Grosso com 5.155 famílias, seguido de São Paulo com 4.080, depois Goiás com 3.344, Pernambuco com 3.197, Pará com 2.167 e Paraná com 2.080.

O número de famílias expulsa da terra, até novembro de 2003, foi de 2.346, contra 1.249 no ano passado. Crescimento de 87,8%. O Pará foi o estado com o maior número de famílias expulsa, um total de 684, em seguida ficou Pernambuco com 570, Paraíba com 363, e o Paraná com 310."

Dessa forma, pelo caminho da violência, as elites vão procurando impor seu desmando e desrespeito à Constituição Federal, que manda desapropriar as terras improdutivas. Este quadro com a eleição de LULA passou a conhecer contradições interessantes do ponto de vista político. Os movimentos sociais compreenderam o momento histórico novo e novas estratégias de luta foram desencadeadas. A CPT sistematizou as informações sobre o que se desenrolava no campo, e concluiu corretamente:

"VIOLAÇÕES: até novembro de 2003 registra-se o maior número de assassinatos dos últimos 13 anos".

De 1º de janeiro a 30 de novembro deste ano, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 71 assassinatos de trabalhadores rurais em conflitos no campo. O número é 77,5% a mais do que o registrado no mesmo período do ano passado e o mais elevado desde 1991, quando ocorreram 54 mortes. Em 1990, 79 camponeses foram assassinados. Este ano houve ainda um crescimento nas tentativas de assassinato, foram 76,3% a mais que em 2002, e no número de famílias despejadas por mandados judiciais, 227% maior. Também foram expulsas da terra 87,8% de famílias a mais do que em 2.002.

Assistiu-se, por outro lado, a um considerável aumento das ações de ocupação de terras e de acampamentos, reivindicando a Reforma Agrária. O número de ocupações cresceu 86,3% e o de acampamentos, 209%. A pressão dos movimentos populares do campo. A eleição de Lula para a Presidência da República criou dois processos diferentes no campo. Por um lado, os movimentos dos trabalhadores do campo sentiram que o momento histórico que viviam era o que possibilitaria a realização da Reforma Agrária. Para mostrar a confiança e para pressionar o governo a, realmente, concretizar a distribuição de terra prometida, aumentaram consideravelmente os acampamentos, as ocupações e as mobilizações, entre as quais se destaca a Marcha para Brasília, organizada pelo Fórum Nacional de Reforma Agrária e Justiça no Campo. Pelo lado dos fazendeiros a resposta ao aumento destas ações foi o recrudescimento da violência que voltou a níveis nunca vistos nos últimos anos."

Um bom exemplo desta violência, foi o episódio ocorrido em São Gabriel no Rio Grande do Sul. Os trabalhadores do MST marcharam para acamparem à frente de um latifúndio que o INCRA está desapropriando para fins de Reforma Agrária. Então, os latifundiários do município reuniram-se e montaram um bloqueio para impedir o avanço da marcha, em uma ação que

infringia o direito de ir e vir garantido pela Constituição Federal. Somente com a ação da Brigada Militar, o bloqueio foi desmontado. A marcha prosseguiu até uma pequena propriedade vizinha do latifúndio, cedida para o acampamento. Os latifundiários reunidos entraram com uma ação na justiça, para invalidar a venda da pequena propriedade a quem cedeu. Conclusão: a justiça agiu para anular a venda, e se não bastasse, o Supremo alegando irregularidade não permitiu o INCRA entrar na posse do imóvel improdutivo. A arrogância e uma espécie de certeza da impunidade, está expressa até na notícia do fato ocorrido:

“Produtores rurais avaliam conflito”.

Assembléia em São Gabriel ... discutiu alternativa para a saída dos sem-terra do município.

Produtores rurais de vários pontos do Estado participaram, na tarde de ontem, de assembléia no Parque de Exposições Assis Brasil, em São Gabriel. O ato, presidido pelo presidente da FARSUL, Carlos Sperotto, reuniu ainda prefeitos e políticos da Fronteira Oeste, além dos presidentes da Assembléia Legislativa, Vilson Covatti (PP), e das comissões de Agricultura e do Mercosul do Legislativo gaúcho, deputados Jerônimo Goergen (PP) e Berfran Rosado (PPS), respectivamente.

O encontro, além de avaliar os conflitos ocorridos na quarta-feira com a Brigada Militar, possibilitou a discussão de alternativas para a saída dos integrantes do MST do município. Eles permanecem acampados em área de 2,7 hectares, localidade de Vacacaí, cedida por um agricultor e cuja compra, formalizada em 27 de novembro, foi considerada ilegítima pela Justiça, tendo em vista se tratar de parte de um total de 21 hectares pertencente a 12 herdeiros e ainda não partilhado em inventário...

Na assembléia, que reuniu cerca de 500 produtores de 30 Sindicatos Rurais, foi deliberada a manutenção da ofensiva contra o MST. Eles querem que o governador Germano Rigotto congele a área ocupada pelos sem-terra para evitar o inchaço do acampamento, tendo em vista o pedido de reintegração de posse que será encaminhado ... Ruralistas acenam ainda com a intenção de realizar ato público em frente ao Palácio Piratini.

Outra deliberação envolve implantação de acampamento em lote lindeiro ao local onde estão os sem-terra. ...”⁴

É a luta de classes se manifestando no cotidiano do país. Ela vai gradativamente eclodindo em diferentes pontos. Nem o direito garantido constitucionalmente, serve com fator limitador da ação.

Dessa forma, o capitalismo no Brasil, produz e reproduz a barbárie, transformando os conflitos e os assassinatos quase sempre violentos, em “solução radical fora da lei das elites” para manter as injustiças presentes no campo. Mas, mesmo em meio à modernidade e à barbárie, os camponeses no Brasil, seguem sua caminhada com paciência porque como está escrito no poema “*a vida não para, a vida é tão rara*”.⁵

A MODERNIDADE: O LUGAR DO BRASIL NO CAPITALISMO MUNDIALIZADO

A inserção cada vez maior do Brasil no agronegócio deriva de seu papel no interior da lógica contraditória do desenvolvimento do capitalismo mundializado. É respondendo a esta lógica que se exporta para importar e importa-se para exportar. Não há mais limite para a busca do lucro máximo. O mercado é o mundo. O Brasil que é um país que sempre dependeu da importação do trigo, na safra de 2.003, acreditem, exportou pela primeira vez trigo. Assim, as elites capitalistas no Brasil buscam seus ganhos máximos onde existir quem queira comprar.

A lógica é mundial, e o nacional fica submetido a esta lógica mundial. O agronegócio e suas *commodities* são expressões objetivas desta inserção capitalista das elites brasileiras ao capital mundial.

A página na *Internet* do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento trouxe no último dia 07/01/2004, informações e dados sobre a Balança Comercial do Agronegócio no Brasil em 2003:

“AGRONEGÓCIO VENDEU US\$ 30,7 BILHÕES AO EXTERIOR E GARANTIU SUPERÁVIT DA BALANÇA COMERCIAL EM 2003”

O agronegócio brasileiro bateu mais um recorde histórico em 2003. As exportações do setor somaram US\$ 30,639 bilhões no ano passado, segundo dados consolidados pela Secretaria de Produção e Comercialização do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O total

⁴ Luclamem Winck *CORREIO DO POVO* - 05/12/2003 - p. 7.

⁵ Lenine e Dudu Falcão, “Paciência”.

supera em US\$ 5,8 bilhões (ou 23,3%) as vendas externas de US\$ 24,839 bilhões do setor em 2002. Com isso, a participação das exportações do agronegócio no total dos embarques brasileiros aumentou de 41,1% para 41,9% em 2003. As importações cresceram 6,6%, para US\$ 4,791 bilhões.

O saldo da balança comercial do agronegócio também bateu outro recorde, alcançando um superávit de US\$ 25,848 bilhões – 27% acima do saldo de US\$ 20,347 bilhões registrado em 2002. O resultado coloca o agronegócio como responsável pela totalidade do superávit global de US\$ 24,824 bilhões da balança comercial do país, já que os demais setores apresentaram um déficit de US\$ 1 bilhão no período. “Em 2004, mantidas as atuais condições internas e externas, devemos ter um superávit entre US\$ 27 bilhões e US\$ 28 bilhões”, diz o ministro Roberto Rodrigues.

Soja lidera - O desempenho positivo das exportações em 2003, deveu-se ao crescimento das vendas de todos os grupos de produtos, à melhora dos preços internacionais das principais *commodities* e à abertura de novos mercados. Cabe destacar a liderança do complexo soja. As exportações do complexo soja cresceram 35,2%, de US\$ 6,008 bilhões para US\$ 8,125 bilhões, resultado do aumento das vendas de soja em grãos (41,5%), farelo (18,3%) e óleo em bruto (54,3%). Além do aumento do volume exportado em razão da safra recorde de 52 milhões de toneladas, a elevação dos preços internacionais também contribuiu para ao crescimento das receitas de exportações do setor.

Em alguns casos, cresceram mais as receitas com os produtos do que o volume embarcado. O complexo carne e os produtos florestais foram destaques. No setor de carnes, cujas vendas cresceram de US\$ 3,1 bilhões para US\$ 4,1 bilhões (+31%), dispararam as vendas de bovinos *in natura*, de US\$ 776 milhões para US\$ 1,154 bilhão (+49%). Em volume, o aumento foi de 44%. Em carne de frango *in natura*, o país saiu de vendas de US\$ 1,3 bilhão para US\$ 1,7 bilhão (+28%), exportando 20% acima do volume de 2002. As exportações de café cresceram 7%, para US\$ 1,423 bilhão. Em volume, o aumento foi de apenas 1%.

As vendas de algodão e fibras têxteis vegetais se recuperaram em 2003, crescendo de US\$ 800 milhões para US\$ 1,1 bilhão (+35%). Em trigo, o Brasil passou a exportar. Foram 50 mil toneladas em 2003. Antes, nada era vendido ao exterior. As vendas de 3,5 milhões de toneladas de milho somaram US\$ 375 milhões, um resultado 40% superior a 2002. Nos produtos florestais, as exportações de papel e celulose cresceram 38%, de US\$ 2 bilhões para US\$ 2,8 bilhões. As vendas de madeira cresceram 18,4%, para US\$ 2,6 bilhões. Houve ainda a performance positiva de sucos de frutas (17,5%); frutas e hortaliças (32,9%); couros, peles e calçados (5,3%); cacau (55,4%); fumo e tabaco (8,1%); e pescados (23,2%).

Novos mercados – As vendas externas foram ainda mais diversificadas em 2003 e houve um expressivo aumento da participação de novos mercados, como Ásia, Oriente Médio e Europa Oriental. Em todos os principais blocos econômicos houve crescimento: Mercosul, 40%; Nafta 17%; União Européia, 22,4%; Europa Oriental, 26,8%; Ásia, 33,3%; Oriente Médio, 34,3%; e África, 9,7%. Mudou a participação desses blocos como destinos das exportações: a UE continuou na liderança, absorvendo 36,4% das exportações totais do agronegócio. A Ásia aumentou de 16,7% para 18,1% sua fatia, alcançando o Nafta, cuja participação apresentou uma redução de 19% para 18,1% em 2003. O Oriente Médio aumentou sua participação de 6,2% para 6,8%; a Europa Oriental, de 6,1% para 6,3%; e o Mercosul, de 2,7% para 3,1%. Os países que mais compraram produtos do agronegócio brasileiro foram China (66,2%); Turquia (67%); Romênia (114%); Ucrânia (35,9%); Hong Kong (35,9%); Taiwan (67,3%); Irã (71,7%); Israel (122,9%) e África do Sul (56,8%).”⁶

O Brasil do campo moderno, dessa forma, vai transformando a agricultura em um negócio rentável regulado pelo lucro e pelo mercado mundial. Agronegócio é sinônimo de produção para o mundo. Para o mercado mundial o país exportou: produtos florestais (papel, celulose, madeiras e seus derivados), carnes (bovina, suína e de aves); o complexo soja (soja em grão, farelo e óleo); café; açúcar e álcool; madeira e suas obras; sucos de frutas; algodão e fibras têxteis vegetais; milho; trigo; couro, peles e calçados; fumo e tabaco; frutas, hortaliças e preparações; cereais, farinhas e preparações; pescados e, cacau e suas preparações. Mas, quis a ironia que em 2.003, o Brasil tivesse que importar arroz, algodão e milho, além evidentemente,

⁶ www.agricultura.gov.br – acessado 08/01/2004.

do trigo. Assim, o mesmo Brasil moderno do agronegócio que exporta, tem que importar arroz, feijão, milho, trigo e leite (alimentos básicos dos trabalhadores brasileiros) e teve que importar também soja em grãos, farelo e óleo de soja, algodão em pluma, matérias-primas industriais de larga possibilidade de produção no próprio país.

Mas o mercado é implacável. Ele cada vez mais não se regula pelo nacional. Mundializado ele mundializa o nacional. Destrói suas bases e lança o país nas teias da rede capitalista mundial. Assim, ele se torna moderno, logo destituído da lógica que faz dos brasileiros um povo diferente no mundo. Não se trata de exaltar fora de hora o nacionalismo, mas, se trata de na lógica do mercado, olhar a balança comercial e seus efeitos para a nação. À medida que o país exporta determinados produtos obriga-se, a importar outros. É o caso espetacular do algodão. Enquanto o agronegócio exporta esta fibra, as indústrias nacionais têm que importá-las. Ou, o que é pior, do ponto de vista do conforto corporal, importa-se fibras sintéticas para produzir no Brasil, roupas inadequadas ambientalmente. A lógica e deciframento estão, pois, no mercado, aliás, cada vez mais no mercado mundial.

Quando se observa a pauta das exportações e importações do Brasil e das regiões ou estados, verifica-se esta lógica perversa do mercado. O país produz e exporta a comida que falta nos pratos da maioria dos trabalhadores brasileiros. Em 2.003, entre os 100 principais produtos, o complexo soja (soja em grão, farelo e óleo) respondeu pelo item de maior valor em dólar na balança comercial com o exterior. Esteve e está à frente das exportações de aviões, minério de ferro, automóveis, terminais portáteis de telefonia celular, alumínio etc. Em sua esteira vêm os tradicionais café e açúcar. Depois deles, aparece a pasta de celulose, os calçados e o couro, a carne de frango, o suco concentrado de laranja, o fumo, a carne bovina, a carne suína, o milho, as madeiras e a castanha de caju.⁷

Quanto às importações, entre os 100 primeiros, o trigo esteve no ano de 2.003, em segundo lugar; a soja importada (é isso mesmo, importa-se para exportar) em décimo nono; arroz em vigésimo quinto; o leite integral em pó (é isso mesmo também) e ainda a pasta de celulose, papel jornal, cacau, borracha natural, etc., etc., etc.⁸

Assim, o agronegócio moderniza o país, já não dependemos mais apenas da importação do trigo, mas, agora também do leite. Estamos, pois, diante de uma terrível contradição. Quem produz, produz para quem paga mais, não importa onde ele esteja na face do planeta. Logo, a volúpia dos que seguem o agronegócio vai deixando o país vulnerável no que se refere à soberania alimentar. Como as *commodities* (mercadorias de origem agropecuária vendidas nas bolsas de mercadorias e de futuro) garantem saldo na balança comercial, o Estado financia mais as ditas cujas. Então, mais agricultores capitalistas vão tentar produzi-las. Dessa forma, produz-se o saldo da balança comercial que vai pagar os juros da dívida externa. É o cachorro correndo atrás do próprio rabo. Ou como preferem os companheiros, é o neoliberalismo em sua plena volúpia. A página na *Internet* do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, (www.mdic.gov.br) tem disponível as tabelas com os números do comércio exterior que ilustram estas páginas.

Quando se investiga a distribuição territorial do agronegócio, vamos encontrá-lo praticamente, em todo território nacional. A região Sul é seu grande paraíso. Na pauta das exportações de 2.003, elas lá estavam ocupando entre os vinte primeiros lugares, dezesseis deles (pela ordem: soja, carne de frango, fumo, couro e calçados, carne suína, madeiras, milho, açúcar, e etc.). Nas importações, pasmem, a Região Sul importou: soja, trigo, milho, arroz, couro e derivados, pasta de celulose, cebola, leite integral, etc.⁹

A região Sudeste por sua vez, exportou respectivamente, pasta de celulose, café, açúcar e álcool, suco concentrado de laranja, carne bovina, soja, papel, couro e calçados, etc. Quanto à importação, a região importou: trigo, borracha natural, pasta de celulose, papel jornal, arroz, etc.¹⁰

⁷ www.mdic.gov.br – 08/01/2004.

⁸ Idem.

⁹ Idem.

¹⁰ Idem.

¹¹ www.fgv.org.br

A região Centro-Oeste, que cada vez mais se torna uma expansão do Sul e Sudeste, exportou entre os cem principais produtos, setenta e oito do agronegócio. A lista começou com a soja, a carne bovina, o algodão, a carne de frango, a carne suína, madeira, couro, milho, açúcar e, terminou com as sementes forrageiras, sorgo, queijo, leite integral, derivados do tomate, milho verde, girassol, café, ervilha, etc.. Quanto às importações, importou: carne bovina, trigo, batata-inglesa, azeite de oliva, ervilha, algodão, soja, etc.

A região Nordeste também tem em sua pauta de exportações o agronegócio. De lá saiu para o exterior: o tradicional açúcar e o álcool, pasta de celulose, castanha de caju, soja, pescado, cacau, couro natural e calçados, frutas (goiaba, manga, melão, uva, etc.), papel, algodão, ceras vegetais, sisal, suco de laranja, banana, mel, sucos de frutas, fumo, etc. Enquanto isso, ela importou: trigo, cacau, algodão, óleo de soja, álcool, pasmem novamente, arroz, óleo de dendê, etc.

A região Norte por sua vez, exportou do agronegócio: madeira, pasta de celulose, soja, pimenta seca, pescado, café, castanha-do-Pará, sucos de frutas, carne bovina, etc. Importou em 2002: trigo, papel, etc.

Este é, pois, o quadro territorial do agronegócio no país. O mercado mundial vai sendo sua meta e limite. Assim, cria-se internamente no Brasil uma nova burguesia internacionalizada. É o capitalismo mundial produzindo no Brasil uma burguesia nacional mundial. Por isso, esta burguesia internacionalizada do agronegócio quer a ALCA – Área de Livre Comércio das Américas. Quanto mais inserção internacional maior as possibilidades de seus lucros. Aliás, muitos deles já possuem uma segunda (ou primeira) residência em New York ou, como são pouco cultos (para não dizer ignorantes por excelências) estão em Miami, a “cidade dos contra”.

Mas... Qual é o lugar do agronegócio brasileiro no capitalismo mundializado?

O Brasil exportava em 1964, ano do golpe militar, um total de 1,430 bilhão de dólares. Nesse total, os produtos básicos (onde estão a maioria dos produtos agrícolas) representavam 85,4%, os semimanufaturados 8,0% e o manufaturados apenas 6,2%. Em 1984, último ano do governo militar o país exportava 27,005 bilhões de dólares, ou seja, os produtos básicos participaram com apenas 32,2%, os semimanufaturados com 10,6% e os manufaturados passaram a 56%. Com os governos militares pós 64, teve início, portanto, do processo de inserção maior do Brasil no capitalismo internacional e com ele, o processo de crescimento da dívida externa. Era necessário aumentar as exportações para pagar os juros da dívida. Aliás, em 1964, ela era de 2,5 bilhões de dólares e em 1.984, era de 102 bilhões de dólares. Cabe salientar que, entre 1981 e 1984, foi pago pelo governo militar 30,7 bilhões de dólares de juros da dívida externa, ou seja, pouco mais de 30% de seu montante.

No governo Sarney, as exportações continuaram crescendo e o país chegou ao final de 1.989, com um total de 34,3 bilhões exportados (27,8% de básicos, 26,9% de semimanufaturados e 54,2% de manufaturados). Entretanto, nem mesmo com a fragata da curta declaração da moratória da dívida externa, ela chegou aos 115,5 bilhões de dólares. O que é mais incrível, é que o governo Sarney pagou 67,2 bilhões de dólares de juros da dívida externa, ou seja, 58,2% do montante total devido. Assim, a ciranda da dívida fazia com que o Brasil entrasse, via reunião do “*Consensus de Washington*”, no neoliberalismo. A partir de então, no final do governo Collor/Itamar as exportações atingiram 43,5 bilhões de dólares (25,4% de básicos, 15,8% de semimanufaturado e 57,3% de manufaturados). Mas, como conseqüência, a dívida externa chegou também naquele ano, a 148,2 bilhões de dólares, com um pagamento absurdo de juros no período do governo Collor/Itamar de 80,2 bilhões de dólares, ou seja, mais de 54% do total da dívida.

No governo FHC o cenário não foi diferente. O absurdo crescimento da dívida e dos pagamentos dos juros continuou ocorrendo junto à ampliação das exportações. Estas atingiram em 2.002, um total de 60,3 bilhões de dólares (28,1% de básicos, 14,9% de semimanufaturados e 54,7% de manufaturados). A dívida externa por sua vez cresceu até 1.998, quando atingiu 241,6 bilhões de dólares em plena crise da moeda real. A partir de então, com a transferência de parte da dívida pública para a iniciativa privada via processo de privatização das estatais, a dívida externa passou a declinar chegando em 2.002, a 227,6 bilhões de dólares. Entretanto, durante os oito anos do governo FHC, pagou-se de juros da dívida externa o incrível total de 102,4 bilhões de dólares, ou seja, 45% do total da dívida. É importante registrar também, que FHC, montou sua política de

endividamento fazendo crescer a dívida pública interna que passou de R\$31,6 bilhões em janeiro de 1.995, para R\$557,2 bilhões em 2.002. Em reais, a dívida externa federal era também, no final de 2002, de R\$269,7. O total da dívida pública federal (interna mais externa), era, pois, de R\$826,9.

Dessa forma, do governo Sarney até o governo FHC, o povo brasileiro pagou de juros, um total incrível de 250 bilhões de dólares da dívida externa. Se a esse montante dos juros somar-se às amortizações da dívida realizadas de 1.985 a 2.002 (385,7 bilhões de dólares), chega-se a um total maluco de 635,7 bilhões de dólares pagos. Ou seja, em 18 anos de neoliberalismo (1.985 a 2.002) o Brasil pagou várias vezes o total da dívida.

É nessa teia que entram as exportações. Tomando-se o saldo comercial obtido entre 1.985 e 2.002, as exportações geraram um superávit comercial de 143,4 bilhões de dólares. Já entre 1.995 e 2.000, gerou um déficit de 24,3 bilhões de dólares. O saldo líquido no período foi de 119,2 bilhões de dólares. Assim, o chamado pelos neoliberais de "espetacular saldo do agronegócio e das exportações brasileiras" não chegou no período à metade do montante pago de juros da dívida externa, por isso a dívida cresceu, mesmo sendo paga várias vezes.

Repetindo, é o cachorro correndo atrás do próprio rabo, ou seja, quanto mais se exportou, mais a dívida cresceu e mais se pagou de juros.

A quem interessa esse processo é pergunta necessária neste momento?

Ao setor financeiro internacional que se beneficia dos juros pagos e aos capitalistas nacionais e internacionais que aumentam seus lucros com o crescimento das exportações. Por isso, entre os "funcionários" do governo FHC estava um Ministro da Fazenda que era ex-funcionário do Banco Mundial e um presidente do Banco Central que era ex-funcionário de um dos maiores capitalistas mundiais.

E no primeiro ano do governo LULA, quais foram os resultados?

Durante o primeiro ano do governo LULA, a balança comercial brasileira fechou 2.003, com 73,0 bilhões de dólares em exportações. As importações alcançaram 48,2 bilhões de dólares permitindo assim, um superávit comercial de 24,8 bilhões de dólares. As exportações cresceram 21,1% em relação a 2.002, com aumento absoluto de 12,7 bilhões de dólares. Entre o total exportado, os produtos básicos ficaram 33,2%, os semimanufaturados com 15,6% e os manufaturados com 54,3%.

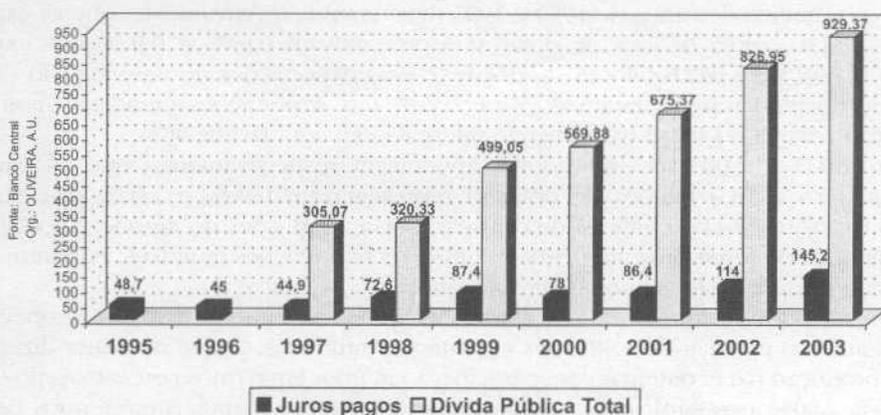
Cabe salientar que por grupos de produtos, o setor de material de transporte foi o que gerou a maior receita de exportação, com vendas totais de 10,6 bilhões de dólares, correspondendo a 14,6% do total das exportações. Neste setor destacaram-se as exportações de veículos de carga, automóveis, autopeças, pneumáticos e motores para veículos. Em segundo lugar, com 11,1% do total ficou o grupo do complexo soja, com exportações de 8,1 bilhões de dólares, e em terceiro lugar com 10%, veio setor metalúrgico com 7,3 bilhões de dólares.

Assim, as exportações do agronegócio e os produtos do parque industrial instalado no país, vão permitindo o crescimento das exportações, pois, os compromissos com a dívida externa continuam. LULA recebeu o país com uma dívida externa de 227,68 bilhões de dólares e tinha que amortizar no ano de 2.003, um total de 34,31 bilhões de dólares e pagar um total de 13 bilhões de dólares de juros. O dado de 2.003, divulgado pelo Banco Central (presidido agora por um também ex-funcionário de um banco norte-americano) sobre a dívida externa, e presente no banco de dados da FGV ¹², indicava que ela chegou a 219,9 bilhões de dólares. A dívida pública federal total que inclui o endividamento externo passou de R\$826,9 bilhões em dezembro de 2.002, para R\$929,3 bilhões no final de 2.003, um crescimento no último ano, de 12%. A quantia de juros paga também cresceu e chegou a R\$145,2 bilhões. Segundo o Ministério da Fazenda, o total de pagamentos feitos foi de R\$332,3 bilhões (interna R\$293,2 bilhões e externa R\$39,1 bilhões, ou, mais ou menos 13 bilhões de dólares). Assim, como o total da dívida, no final do ano de 2.003 aumentou, foi necessário aumentar mais a dívida para pagar o que venceu. Resumindo, o país devia em dezembro de 2.002, R\$826,9 bilhões, pagou da dívida R\$332,3 bilhões¹² (R\$102,4 bilhões dívida nova e R\$229,9 bilhões de pagamento de fato, incluindo-se aí os R\$145,2 bilhões de juros) e terminou o primeiro ano de governo com R\$929,3 bilhões de dívida total. Logo, o governo LULA pagou cerca de 28% da dívida e mesmo assim, em janeiro de 2.004, ela já era 12% maior do que no início do governo. **(Gráfico 04)**

¹² www.fazenda.gov.br.

¹³ Em janeiro de 1.995, a dívida pública interna era de R\$31,6 bilhões.

Gráfico 04
BRASIL - DÍVIDA PÚBLICA TOTAL E JUROS PAGOS
(em bilhões de R\$)



Qual foi então a diferença entre o governo FHC e o primeiro ano do governo LULA?

A dívida pública federal era em dezembro de 1.998, um total de R\$320,3 bilhões e, em dezembro de 2.002, era de R\$826,9 bilhões.¹³ O governo FHC em 1.999, efetuou pagamentos de R\$288,8 bilhões referentes à dívida pública federal. Pagou R\$248,3 bilhões em 2.000, outros R\$248,9 bilhões em 2.001 e R\$256,4 em 2.002. Assim, no segundo mandato FHC pagou um total de 1 trilhão e 42,4 bilhões de reais (sendo R\$506,6 bilhões de dívidas novas e R\$535,8 de pagamento de fato, incluindo-se aí R\$365,8 bilhões de juros). Logo, o pagamento do governo FHC referente à dívida no segundo mandato, foi de mais de quatro vezes a dívida, mas mesmo assim, terminou devendo perto de 160% a mais do que em dezembro de 1.998 (56% em 1.999, 14% em 2.000, 18% em 2.001 e 22% em 2.002).¹⁴

No primeiro ano do governo LULA, o total pagamento efetuado foi 30% maior do que em 2.002, e o percentual do crescimento da dívida, 5% maior, uma vez que em 2.002, cresceu 3%. A quantia de juros pagos foi 27% maior do que 2.002. Aliás, o relatório do Banco Central divulgado em 14/01/2004¹⁵, sobre a dívida pública apenas enfatizou a mudança do seu perfil, deixando de lado o que era fundamental, a continuidade de seu crescimento. Ou o governo LULA revê sua estratégia frente à dívida pública federal (interna e externa) ou a ciranda financeira vai continuar: **mais pagamento, para no final do ano de 2.004, ver a dívida maior ainda.** Cabe ressaltar que, mais de 30% da dívida vencerá em 2.004, e para continuar pagando-a será necessário outra vez, mais de R\$300 bilhões. Dessa forma, é inacreditável ver já no início do ano, que se nada diferente for feito, 2.004 poderá ser pior do que 2.003.

Esta é a ciranda financeira da mundialização do capitalismo. Quanto mais se paga, mais se deve. As elites brasileiras e estrangeiras do capitalismo mundializado vendo seus ganhos aumentarem no país, idolatra através da mídia, os resultados econômicos obtidos no primeiro ano do governo LULA, tais como a queda do dólar, do risco Brasil e da inflação, as taxas do superávit primário. Mas, a ciranda financeira continua. O Brasil tem agora um novo lugar no mundo do capital: tornou-se plataforma privilegiada de exportações do setor de transportes, além de continuar sendo um dos principais fornecedores mundiais de produtos básicos que vão do minério de ferro à soja e aos aviões. O Brasil tornou-se parte do capitalismo mundializado e a burguesia brasileira está, portanto, igualmente internacionalizada.

Uma outra pergunta deve ser feita: qual o papel das exportações brasileiras no comércio mundial e em seu interior, qual o papel do agronegócio?

¹⁴ Ministério da Fazenda em 17/01/2004 – www.fazenda.gov.br.

¹⁵ Idem.

Os dados referentes a 1.980 e 1.985 indicavam respectivamente, que as exportações brasileiras (20,1 e 25,6 bilhões de dólares) representavam 1,21% e 1,37% das exportações mundiais (1.924,2 e 1.872,0 bilhões de dólares), e as exportações do agronegócio (9,4 e 8,8 bilhões de dólares) representaram 0,48% e 0,47% das exportações mundiais.

Já os números dos anos de 1990 e 1995 mostraram respectivamente, que as exportações brasileiras (31,4 e 46,5 bilhões de dólares) representavam 0,93% e 0,92% das exportações mundiais (3.395,3 e 5.042,0 bilhões de dólares), e as exportações do agronegócio (8,6 e 13,3 bilhões de dólares) representaram 0,25% e 0,26% das exportações mundiais. Assim, caiu a participação relativa do Brasil no comércio internacional em mais de 40%.

Em 2.002 e 2.003, os indicadores apontavam respectivamente, que as exportações brasileiras (60,4 e 73,0 bilhões de dólares) representavam 0,96% e 1,02% das exportações mundiais (6.262,0 e 7.119,0 bilhões de dólares), e as exportações do agronegócio (24,8 e 30,7 bilhões de dólares) representaram 0,39% e 0,43% das exportações mundiais. Portanto, cresceu a participação relativa do Brasil no comércio mundial.

Porém, pode-se afirmar que mesmo em 2.003, as exportações do agronegócio não atingiram ainda o patamar de 1.980, nas exportações mundiais. O que isso quer dizer é que se amplia a produção para continuar com participação inferior em termos percentuais do que antes. O Brasil de 2.003, teve participação inferior nas exportações mundiais em termos percentuais em relação a 1.980: 1,2% contra 1,02%.

Há, portanto, muito mito no papel do agronegócio no Brasil e na economia capitalista mundial. Mesmo assim, é preciso deixar claro que o Brasil foi em 2.002, o 1º produtor mundial de café, açúcar, álcool e suco concentrado de laranja; o 2º produtor mundial de soja (41,9 milhões de toneladas contra o primeiro lugar dos USA que produziram 74,2 milhões de toneladas); o 3º produtor mundial de milho (35,5 milhões de toneladas contra o primeiro lugar dos USA que produziram 228,8 milhões de toneladas); e o 10º produtor mundial de arroz (10,5 milhões de toneladas contra o primeiro lugar da China que produziu 176,6 milhões de toneladas). Também cabe esclarecer que o Brasil foi em 2002, o 8º país exportador de produtos agrícolas, atrás respectivamente, dos USA, França, Holanda, Alemanha, Canadá, Bélgica e China. Ficou a frente respectivamente, da Austrália, Itália, Espanha, Reino Unido, Argentina, Dinamarca e México.

AS CONTRADIÇÕES NO CAMPO BRASILEIRO: MITOS E VERDADES

Há também, entre os estudiosos da agricultura brasileira, controvérsias com relação a quem de fato, tem a participação mais expressiva na produção agropecuária do país. Há autores (e a mídia em geral os repete) que inclusive, chegam a afirmar que não há sentido no interior da lógica capitalista, distribuir terra através de uma política de Reforma Agrária. O capitalismo no campo já teria realizado todos os processos técnicos e passado a comandar a produção em larga escala. As posições expressivas na pauta de exportações de produtos de origem agropecuárias são apresentadas como indicativo desta assertiva. Assim, uma política de Reforma Agrária massiva poderia desestabilizar este setor competitivo do campo e deixar o país vulnerável em sua "política vitoriosa de exportações de *commodities* do agronegócio".

Nesse mesmo diapasão atuam os grandes proprietários de terra a embalar seus latifúndios nas explicações inclusive, de intelectuais progressistas, de que não há mais "latifúndio no Brasil" e sim, o que há agora, são modernas empresas rurais. Alguns mesmos, acreditam que a modernização conservadora transformou os grandes proprietários de terra, que agora produzem de forma moderna e eficiente, tornando seus latifúndios propriedades produtivas. Não haveria assim, mais terra improdutiva no campo brasileiro. Estes são alguns dos muitos mitos que se tem produzido no Brasil, para continuar garantindo 132 milhões de hectares de terras concentradas em mãos de pouco mais de 32 mil latifundiários.

A estrutura fundiária concentrada

O Brasil possui uma área territorial de 850,2 milhões de hectares. Desta área total, as unidades de conservação ambiental ocupavam no final do ano de 2.003, aproximadamente 102,1 milhões de hectares, as terras indígenas 128,5 milhões de hectares, e área total dos imóveis cadastrados no INCRA aproximadamente 420,4 milhões de hectares. Portanto, a soma total

destas áreas dá um total de 651,0 milhões de hectares, o que quer dizer que há ainda no Brasil aproximadamente 199,2 milhões de hectares de terras devolutas. Ou seja, terras que podem ser consideradas a luz do direito, como terras públicas pertencentes aos Estados e a União. Mesmo se retirarmos 29,2 milhões dessa área ocupada pelas águas territoriais internas, áreas urbanas e ocupadas por rodovias, e posses que de fato deveriam ser regularizadas, ainda restam 170,0 milhões de hectares. Essas terras devolutas, portanto, públicas, estão em todos os Estados do país.

Entretanto, andando pelo país, verificaremos que praticamente (exceto em algumas áreas da Amazônia) não há terra sem que alguém tenha colocado uma cerca e dito que é sua. Assim, os que se dizem "proprietários" estão ocupando ilegalmente estas terras. Ou seja, suas propriedades têm provavelmente, uma área maior do que os títulos legais indicam.

Mesmo assim, vamos analisar os dados referentes ao Cadastro do INCRA. No final do ano de 2.003, havia 4.238.421 imóveis ocupando uma área de 420.345.382 hectares.

O Brasil caracteriza-se por ser um país que apresenta elevadíssimos índices de concentração da terra. No Brasil estão os maiores latifúndios que a história da humanidade já registrou. A soma das 27 maiores propriedades existentes no país, atinge uma superfície igual a aquela ocupada pelo Estado de São Paulo, e a soma das 300 maiores atinge uma área igual à de São Paulo e do Paraná. Por exemplo, uma das maiores propriedades, aquela da Jari S/A que fica parte no Pará e parte no Amapá, tem área superior ao Estado de Sergipe.

Quais são os números dessa brutal concentração fundiária?

Segundo o Cadastro do INCRA, a distribuição da terra está expressa na **Tabela 01**:

Tabela 01. – Estrutura Fundiária Brasileira, 2.003.

Grupos de área total (ha)	imóveis	% dos imóveis	área total (ha)	% de área	área média (ha)
Menos de 10	1.338.711	31,6%	7.616.113	1,8%	5,7
De 10 a -25	1.102.999	26,0%	18.985.869	4,5%	17,2
De 25 a -50	684.237	16,1%	24.141.638	5,7%	35,3
De 50 a -100	485.482	11,5%	33.630.240	8,0%	69,3
De 100 a -200	284.536	6,7%	38.574.392	9,1%	135,6
De 200 a -500	198.141	4,7%	61.742.808	14,7%	311,6
De 500 a -1.000	75.158	1,8%	52.191.003	12,4%	694,4
De 1.000 a -2.000	36.859	0,9%	50.932.790	12,1%	1.381,8
De 2.000 a -5.000	25.417	0,6%	76.466.668	18,2%	3.008,5
5.000 e Mais	6.847	0,1%	56.164.841	13,5%	8.202,8
Total	4.238.421	100,0 %	420.345.382	100,0%	

Fonte: INCRA – situação em agosto de 2003 in II PNRA, Brasília, 2003.

Como se pode ver, enquanto mais de 2,4 milhões de imóveis (57,6%) ocupavam 6% da área (26,7 milhões de hectares), menos de 70 mil imóveis (1,7%) ocupavam uma área igual a pouco menos que a metade da área cadastrada no INCRA, mais de 183 milhões de hectares (43,8%). O que isso quer dizer: muitos têm pouca terra e poucos têm muita terra.

A Lei nº 8.629 de 25/02/1993 que regulamentou os dispositivos constitucionais relativos à Reforma Agrária prevista na Constituição de 1988 conceituou em seu artigo 4º, a pequena propriedade como sendo aquela que possui área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais; a média propriedade como aquela que possui área superior a quatro (4) e até 15 (quinze) módulos fiscais; e a grande propriedade como aquela que compreende mais de 15 módulos fiscais. A área dos módulos fiscais varia de região por região, estado para estado, e mesmo de município para município. Atualmente, o menor módulo fiscal tem 5 (cinco) hectares e o maior possui 110 hectares. Isto quer dizer que a pequena propriedade pode variar, por exemplo, de menos de 20 hectares no Distrito Federal, a até menos de 440 hectares em municípios do Pantanal. O mesmo acontece com a média propriedade que pode variar entre 20 hectares e menos de 280 hectares no Distrito Federal e entre 440 hectares e menos de 1.540 hectares em municípios do Pantanal. A grande propriedade por sua vez pode ter 280 hectares ou mais no Distrito Federal, e 1.540 hectares ou mais em municípios do Pantanal.

Assim, é razoável tomar-se como referência os dados estatísticos do INCRA para se classificar neste estudo, em termos médios, a pequena propriedade como aquela que vai até menos de 200 hectares; a média propriedade como aquela que vai de 200 a menos de 2.000

hectares; e a grande propriedade como aquela que tem 2.000 hectares ou mais. Aplicada esta proposta à estrutura fundiária do Brasil, o resultado está expresso na **Tabela 02**.

Tabela 02 – Síntese da Estrutura Fundiária – 2.003

Grupos de área total		Nº de Imóveis	%	Área em HA	%	Área Média (ha)
Pequena	Menos de 200 ha	3.895.968	91,9	122.948.252	29,2	31,6
Média	200 a menos de 2.000 ha	310.158	7,3	164.765.509	39,2	531,2
Grande	2.000 ha e mais	32.264	0,8	132.631.509	31,6	4.110,8
TOTAL		4.238.421	100,0	20.345.382	00,0	99,2

Fonte: INCRA.

Org.: OLIVEIRA, A.U.

Como se pode verificar, praticamente 92% das propriedades podem ser classificadas como pequenas e ocupam 29,2% da área total. Estas pequenas propriedades desde que seu proprietário possua uma só, não poderão ser desapropriadas para a Reforma Agrária, mesmo sendo improdutivas (Parágrafo Único do artigo 4º da Lei nº 8.629 de 1.993). O mesmo acontece com a média propriedade que ocupa mais ou menos 7,3% dos imóveis e 39,2% da área, ela também não pode ser desapropriada para Reforma Agrária mesmo sendo improdutiva, se seu proprietário não possuir outra propriedade.

Entretanto, as grandes propriedades que representam menos de 1% do total dos imóveis, mas que ocupam uma área de cerca de 31,6%, caso sejam classificadas como improdutivas, poderão ser desapropriadas para fins de Reforma Agrária (Artigos 184, 185 e 186 da Constituição Federal de 1.988).

O Cadastro o INCRA apresenta também os dados sobre o uso da terra e sua função social (art. 184 da Constituição Federal). Os dados sobre a função social da propriedade em agosto de 2.003, indicavam que, apenas 30% das áreas das grandes propriedades foram classificadas como produtivas enquanto que, 70% foram classificadas como **não produtivas**. Portanto, o próprio cadastro do INCRA, que é declarado pelos próprios proprietários, indicava a presença da maioria das terras das grandes propriedades sem uso produtivo. Os dados (**Tabela 03**) sobre a grande propriedade, definida segundo a Lei nº 8.629 de 25/02/1993, eram os seguintes em agosto de 2.003:

Tabela 03 - Grandes Propriedades (15 módulos fiscais e mais) - INCRA – 2003 (agosto)

TOTAL		IMPRODUTIVO	
Nº Imóveis	Área em Hectares	Nº de Imóveis	Área em Hectares
111.495	209.245.470	54.781	120.436.202

Fonte: INCRA

Org.: OLIVEIRA, A.U.

Deve se esclarecer que, a área das grandes propriedades, segundo o critério dos módulos fiscais, é maior do que aquela referente às propriedades com 2.000 hectares ou mais. Mesmo assim, a rigor, o INCRA se cumprisse a Constituição de 1.988 e a Lei nº 8.629, deveria imediatamente declarar disponível para a Reforma Agrária esses 120.436.202 hectares das grandes propriedades improdutivas existentes no país. Mas não é isto que tem acontecido. Entra governo e sai governo e, a Constituição e as leis referentes à Reforma Agrária, não são cumpridas. É o oposto do que ocorre com as propriedades ocupadas pelos movimentos sociais, pois imediatamente, sempre há um juiz para dar reintegração de posse ao proprietário da terra improdutiva. É preciso que a interpretação da Lei seja invertida, não é o INCRA que tem que provar que uma propriedade é improdutiva, mas sim, seu proprietário é que tem que provar que ela é produtiva. Como é ele que faz a declaração no cadastro sob pena da lei, e se o seu imóvel é classificado como improdutivo, ele tornou-se réu confesso.

Certamente, um bom caminho para o exercício da cidadania seria entrar com uma avalanche de ações civis públicas para que o INCRA cumprisse os preceitos legais, publicasse anualmente a relação dos imóveis classificados como improdutivos e executasse a sua desapropriação.

Mas não cessa aí o não cumprimento da lei pelos governos. O Imposto Territorial Rural ITR é folclórico. Segundo os últimos dados divulgados pela Receita Federal, cerca de mais de 50% dos proprietários com área superior a 1.000 hectares, sonegavam este tributo. Mas, nunca ninguém ficou sabendo se algum deles teve seu imóvel levado a leilão para ressarcimento dos cofres públicos.

As pequenas unidades são as que mais empregos geram no campo.

Para realizar a comparação entre os diferentes tamanhos das unidades produtivas no campo, será tomado como referência também os dados do Censo Agropecuário de 1995/6 do IBGE.¹⁶ Dessa maneira, tomar-se-á também, os estabelecimentos agropecuários como menos de 200 hectares, como sendo denominados de pequenas unidades de produção (que é onde estão as unidades que são oriundas da Reforma Agrária); aqueles de 200 a menos de 2.000 hectares serão considerados médias unidades de produção e aqueles com 2.000 hectares e mais serão chamados de grandes unidades de produção, ou os latifúndios. Esta classificação visa mostrar o papel das pequenas unidades de produção face às grandes no que se refere ao volume da produção.

Esta classificação também pode ser fundamentada no fato de que mais de 50% dos estabelecimentos com menos de 200 hectares não possuíam nenhum trabalhador contratado, ou seja, predominava entre eles o trabalho familiar segundo o Censo Agropecuário do IBGE.

Quanto ao número e área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários do IBGE, havia a seguinte distribuição: os pequenos estabelecimentos representavam 93,8% (4.565.175) e ocupavam uma área de 29,2% (103.494.969 hectares); os médios estabelecimentos eram 5,3% (252.154) em número e sua área ocupada era de 36,6% (129.617.964 hectares); e os grandes estabelecimentos representavam em número apenas 0,5% (20.854) e ocupavam uma área de 120.498.313 hectares (34,2%).

A análise do número de pessoas ocupadas no campo indica que as pequenas unidades de produção geraram mais de 14,4 milhões de emprego ou 86,6% do total. Enquanto isso, as grandes unidades foram responsáveis por apenas 2,5% dos empregos ou pouco mais de 420 mil postos de trabalho. A **Tabela 04** mostra de forma inequívoca este quadro das relações de trabalho no campo brasileiro.

Tabela 04 – BRASIL – Pessoal Ocupado –1995/6

Pessoal Ocupado	PEQUENA		MÉDIA		GRANDE	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
TOTAL	14.444.779	86,6	1.821.026	10,9	421.388	2,5
Familiar	12.956.214	95,5	565.761	4,2	45.208	0,3
Assalariado Total	994.508	40,3	1.124.356	45,5	351.942	14,2
Assalariado Permanente	861.508	46,8	729.009	39,7	248.591	13,5
Assalariado Temporário	133.001	72,8	395.347	21,6	103.351	5,6
Parceiros	238.643	82,4	45.137	15,6	5.877	2,0
Outra Condição	255.414	71,0	85.772	23,9	18.361	5,1

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE 1995/6.

Org.: OLIVEIRA, A.U.

Muitos intelectuais costumam dizer que a relação de trabalho mais praticada nas grandes propriedades é o serviço de empreitada, por isso o pequeno número de emprego gerado na grande propriedade. Entretanto, os dados sobre este tipo de contratação de trabalhadores no campo mostram também que, 85,9% delas foram feitas pelas pequenas unidades produção e não pelas grandes que ficaram com apenas 1,5% das contratações dos serviços de empreitada.

A tecnologia também chegou às pequenas unidades.

Outro mito que os defensores do agronegócio apresentam para justificar o baixo número de emprego na grande propriedade é a sua integral mecanização e conseqüentemente, a não necessidade de muitos postos de trabalho. Assim, a grande propriedade seria a grande consumidora de tratores e outras máquinas e implementos agrícolas. Vamos então analisar a distribuição destes meios de produção pelas diferentes unidades de produção. Em primeiro lugar é preciso verificar o quadro apresentado pelo tão propalado consumo produtivo de tratores. O Censo Agropecuário de IBGE indicava que no total, 63,5% deles estavam nas pequenas unidades de produção e apenas 8,2% nas grandes unidades. Em todas os grupos de potência (CV) as pequenas unidades tinham mais tratores

¹⁶ O IBGE utiliza como unidade estatística censitária o estabelecimento que, por sua vez deriva do uso econômico que se faz de uma área determinada autonomamente. Já o INCRA, utiliza o imóvel que é uma unidade jurídica (com ou sem título de propriedade).

do que as grandes propriedades. Até entre aqueles de alta potência (mais de 100 CV), as pequenas unidades possuíam mais tratores do que as grandes. Os números da **Tabela 05** são meridianos ao demonstrarem que o consumo produtivo de tratores é maior nas pequenas unidades no Brasil.

Tabela 05 - Brasil - Distribuição da Tecnologia - TRATORES - 1995/6

Grupos de área total (Hectares)		Nº Total Tratores	% Nº Tratores Total	% Nº Tratores -10 CV	% Nº Tratores 10 CV a -20 CV	% Nº Tratores 20 CV a -50 CV	% Nº Tratores 50 CV a -100 CV	% Nº Tratores 100 CV e mais
PEQUENA	Menos de 10	65.639	8,2	25,2	21,1	10,7	5,7	2,1
	10 a - 20	86.486	10,8	16,8	20,1	13,2	10,3	3,0
	20 a - 50	167.378	20,8	20,2	24,9	26,2	22,5	7,6
	50 a -100	100.647	12,5	9,9	10,5	12,7	14,2	8,2
	Menos de 100	420.150	52,3	72,1	76,6	62,8	52,7	20,9
	100 a - 200	90.245	11,2	8,2	7,2	10,8	12,3	10,9
MÉDIA	Menos de 200	510.395	63,5	80,3	83,8	73,6	65,0	31,8
	200 e - 500	113.906	14,2	8,7	7,5	12,3	14,9	19,0
	500 e - 1.000	66.103	8,2	4,6	3,8	6,2	8,1	14,3
	1.000 e - 2.000	47.759	5,9	3,1	2,4	3,8	5,4	12,9
GRANDE	200 e - 2.000	227.768	28,3	16,4	13,7	22,3	28,4	46,2
	2.000 a - 5.000	37.656	4,7	1,9	1,7	2,7	4,0	11,7
	5.000 a - 10.000	14.287	1,8	0,6	0,5	0,8	1,4	5,1
	10.000 e mais	13.502	1,7	0,8	0,4	0,7	1,2	5,2
	2.000 e mais	65.445	8,2	3,3	2,6	4,2	6,6	22,0
TOTAL	%	--	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Nº	803.742 (*)	--	37.893	69.906	122.740	447.866	125.337

* A diferença entre a soma e o total refere-se aos estabelecimentos sem declaração
 Fonte: Censo Agropecuário do IBGE - 1995/6. Org.: OLIVEIRA, A.U.

Quanto às máquinas para plantio e colheita, o quadro não é diferente daquele dos tratores, pois, 71,7% delas também, estavam nas pequenas unidades, enquanto que nas grandes ficavam apenas 5,3%. Com os arados a realidade é a mesma, pois 68,4% dos arados de tração mecânica estavam nas pequenas unidades, sendo que nas grandes ficavam com apenas 5,8% deles. As pequenas unidades têm também a maior parte dos demais veículos de tração mecânica pois, 59% deles, estavam nelas, enquanto que nas grandes, estavam apenas menos de 12% deles, quer fossem caminhões, utilitários ou reboques. A **Tabela 06** apresenta a participação percentual da distribuição destes bens produtivos.

Tabela 06 - Brasil - Distribuição da Tecnologia

Grupos de área total (Hectares)		Máquinas		Arados		% Nº Veículos:				% Nº Embarcações
		Para Plantio	Para Colheita	Tração Mecânica	Tração Animal	Caminhões	Utilitários	Reboques	Tração Animal	
PEQUENA	Menos de 10	9,4	3,7	7,9	29,2	9,1	12,3	7,3	25,3	38,9
	10 a - 20	12,5	7,2	11,9	28,4	8,8	12,1	12,2	23,7	16,5
	20 a - 50	24,2	18,4	23,3	25,7	16,9	21,0	23,5	24,6	18,6
	50 a -100	15,1	14,4	13,8	8,0	12,9	14,4	13,3	10,2	10,6
	Menos de 100	61,2	43,7	56,9	91,3	47,7	59,8	56,3	83,8	84,6
	100 a - 200	10,5	13,6	11,5	4,2	11,8	12,2	11,1	7,4	7,0
MÉDIA	Menos de 200	71,7	57,3	68,4	95,5	59,5	72,0	67,4	91,2	91,6
	200 e - 500	12,1	16,8	13,5	3,0	14,0	12,8	13,1	5,0	3,9
	500 e - 1.000	6,5	9,5	7,3	0,9	8,3	6,3	7,4	1,9	1,5
	1.000 e - 2.000	4,5	7,0	5,0	0,4	6,4	4,0	5,4	1,0	1,0
GRANDE	200 e - 2.000	23,1	33,3	25,8	4,3	28,7	23,1	25,9	7,9	6,4
	2.000 a - 5.000	3,3	5,3	3,7	0,2	6,0	2,9	3,9	0,6	1,0
	5.000 a - 10.000	1,0	1,9	1,1	0,0	2,8	1,0	1,4	0,1	0,4
	10.000 e mais	1,0	2,2	1,0	0,0	3,0	1,0	1,4	0,2	0,6
	2.000 e mais	5,3	9,4	5,8	0,2	11,8	4,9	6,7	0,9	2,0
TOTAL		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE - 1995/6.

Org.: OLIVEIRA, A.U.

É evidente que embora as pequenas unidades detenham o maior percentual da tecnologia em tratores, máquinas e veículos, a sua presença está longe de aparecer bem distribuída entre os diferentes estabelecimentos. A **Tabela 07** procura mostrar esta desigualdade. A mais significativa delas é que apenas 11% do total dos estabelecimentos possuíam tratores. Entre as pequenas unidades com menos de 10 hectares somente 2% delas tinham este bem. Quanto à distribuição dos tratores pelos estabelecimentos, encontra-se um trator para cada 37 estabelecimentos com área inferior a 10 hectares. Entre as pequenas unidades, a média é um trator para cada nove. Nas médias unidades de produção a relação é de um trator para cada estabelecimento. Nas grandes unidades, a relação média é de 3 tratores por estabelecimento, chegando naqueles com mais de 10.000 hectares, a 6 tratores por estabelecimento. Estes dados mostram a desigual distribuição também deste bem. Mas, esta relação é média, pois entre os grandes estabelecimentos somente 72,4% declararam possuir tratores. Isto quer dizer que mesmo entre as maiores unidades nem todas possuíam trator.

Já com relação ao uso dos fertilizantes o quadro é crítico, pois, apenas 38,1% dos estabelecimentos estão utilizando-os em suas unidades produtivas. Os demais estão retirando do solo apenas a fertilidade natural dos mesmos. Este cenário pode comprometer em longo prazo a produtividade destes solos. Outro dado curioso é que também entre os pequenos estabelecimentos estão os menores percentuais de uso dos fertilizantes, e simultaneamente, os maiores. Estes são inclusive superiores aos grandes estabelecimentos.

O quadro mais terrível do uso da tecnologia na agropecuária brasileira refere-se ao consumo de agrotóxicos quer para os vegetais quer para os animais. Absurdamente mais da metade dos estabelecimentos informaram que consumiam estes produtos em 95/6. Excetuando-se os estabelecimentos com área inferior a 10 hectares, nas pequenas unidades o uso chega a mais de 80% e entre as médias e grandes unidades, este consumo está acima dos 90% dos estabelecimentos. Este uso generalizado dos agrotóxicos, mostra que ele foi o mais "espetacular resultado da modernização" da agricultura: seu envenenamento gradativo. Em sua maior parte, uma espécie de "indústria das doenças e da morte" a médio e longo prazo. E é óbvio que, a maior parte da "indústria médico farmacêutica agradece pelos seus clientes".

O uso da irrigação na agricultura ainda é reduzido. Seus índices não chegam a 10%. Este uso é maior nas médias e grandes unidades do que nas pequenas.

Tabela 07 - BRASIL - Indicadores de uso de tecnologia - 1995/6

Estratos de área total (Hectares)		% Uso de Tratores	Nº trator em relação Nº total estabelecimentos	% Uso de Fertilizante Total	% Uso de Agrotóxicos	% Uso de Irrigação
PEQUENA	Menos de 10	2,4	1 x 37	30,8	50,0	5,4
	10 a - 20	10,7	1 x 11	52,5	78,7	6,0
	20 a - 50	16,0	1 x 5	46,6	81,2	6,1
	50 a - 100	17,7	1 x 4	39,1	82,5	6,2
	Menos de 100	7,7	1 x 10	38,1	63,4	5,7
	100 a - 200	22,5	1 x 3	38,6	86,5	6,7
MÉDIA	Menos de 200	8,5	1 x 9	38,1	64,6	6,3
	200 e - 500	36,5	2 x 3	43,6	92,9	8,3
	500 e - 1.000	50,8	4 x 3	44,6	95,0	9,2
	1.000 e - 2.000	62,5	3 x 2	47,5	96,2	9,3
GRANDE	200 e - 2.000	42,8	1 x 1	43,9	93,7	8,6
	2.000 a - 5.000	70,1	5 x 2	42,1	95,6	8,7
	5.000 a - 10.000	76,5	4 x 1	37,8	94,9	7,9
	10.000 e mais	80,9	6 x 1	36,0	93,2	9,3
	2.000 e mais	72,4	3 x 1	40,7	95,2	8,7
TOTAL		10,5	1 x 6	38,3	55,1	5,9

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE - 1995/6.

Org.: OLIVEIRA, A.U.

Os financiamentos obtidos por poucos e a distribuição profundamente desigual

Os números do crédito obtido na agricultura são outro indicativo da profunda desigualdade

existente no setor. Os poucos créditos obtidos foram massivamente para o agronegócio das grandes unidades. Aquelas unidades com mais de 10.000 hectares, obtiveram parcelas médias de mais de um milhão de reais para cada uma. As unidades menores entre as pequenas que receberam financiamentos, tiveram que dividir entre si, apenas entre R\$2.900,00 e R\$20.000,00. Dessa forma, o crédito também vai engrossar as rendas do agronegócio, reproduzindo de forma aprofundada a desigual distribuição da riqueza na agricultura brasileira. Em termos gerais, inclusive a maior parcelas dos financiamentos foi para as pequenas unidades e não chegaram a 10% dos agricultores dos grupos de área total que obtiveram estes recursos financeiros (**Tabela 08**). Para se ter uma idéia do quão pequeno foi o total alocado, se fosse distribuído apenas entre os pequenos estabelecimentos, cada um teria recebido R\$800,00. Também entre as pequenas parcelas de produção, há uma desigual distribuição dos recursos oriundos dos financiamentos. Os grupos de área total entre 50 e 100 hectares e entre 100 e 200 hectares ficaram com mais da metade dos recursos destinados às pequenas unidades como pode ser observado na **Tabela 08**. Este processo deriva e gera simultaneamente um processo de diferenciação interna no campesinato, fazendo com que se origine os camponeses pobres, os camponeses médios ou remediados como se diz popularmente, e os camponeses ricos.¹⁷ Esta diferença vai aparecer também nos demais dados referentes à produção agropecuária.

Tabela 08 - Brasil - Financiamentos obtidos

Grupos de área total (Hectares)		% do n° de produtores que obtiveram em relação ao n° total dos estabelecimentos dos grupos de área total	Participação % do n° de estabelecimentos sobre o valor total	Parcela média em R\$ Obtidas por estabelecimento
PEQUENA	Menos de 10	1,9	3,5	2.900,00
	10 a - 20	8,5	5,3	3.300,00
	20 a - 50	9,1	11,2	5.600,00
	50 a -100	8,1	10,0	11.500,00
	Menos de 100	3,9	30,0	4.700,00
	100 a - 200	8,2	11,1	20.300,00
	Menos de 200	4,1	41,1	6.600,00
MÉDIA	200 e - 500	9,3	15,7	38.000,00
	500 e - 1.000	9,9	11,5	73.500,00
	1.000 e - 2.000	10,5	9,8	122.600,00
	200 e - 2.000	9,6	37,0	57.000,00
	2.000 a - 5.000	9,9	11,4	284.200,00
GRANDE	5.000 a - 10.000	8,5	4,8	563.200,00
	10.000 e mais	9,0	5,5	1.044.653,00
	2.000 e mais	9,6	21,7	402.800,00
	TOTAL	5,3	100,0	14.400,00

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE - 1995/6.

Org.: OLIVEIRA, A.U.

Com o PRONAF - Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o quadro da desigualdade continua presente. Os camponeses que utilizam o Pronaf "D" e "E" têm ficado com as maiores parcelas dos recursos financeiros alocados. Os dados expressos pela **Tabela 09** testemunham esta evidência.

¹⁷ Lênin, Wladimir I. "O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia", 2ª edição, São Paulo, Nova Cultural (Os Economistas), 1985.

Tabela 09

Desempenho do Crédito Rural para Agricultura Familiar - Quadro Comparativo									
Grupos do PRONAF	Modalidade	2001		2002		2003		Variação % 2002-2003	
		Nº de Contratos	Montante (R\$ milhões)	Nº de Contratos	Montante (R\$ milhões)	Nº de Contratos	Montante (R\$ milhões)	Contratos	Montante (R\$ milhões)
A - Crédito para Agricultores Familiares assentados	Investimento	42.655	338,1	55.610	441,3	64.416	568,2	16%	29%
B - Microcrédito	Investimento	106.716	53,3	168.910	84,4	150.711	134,3	-11%	59%
C - Crédito para Agricultores Familiares em transição	Custeio	347.411	414,7	375.189	478,2	497.162	801,8	33%	68%
	Investimento	22.147	160,6	35.225	218,4	30.478	222,8	-13%	2%
D - Crédito para Agricultores Familiares consolidados	Custeio	371.428	1.022,1	288.201	913,9	294.760	1.218,2	2%	33%
	Investimento	20.109	164,6	30.112	268,7	48.677	517,8	62%	93%
E - Crédito para Agricultores Familiares capitalizados	Custeio	-	-	-	-	27.162	250,3	-	-
	Investimento	-	-	-	-	432	7,2	-	-
Compras da Agricultura Familiar - CONAB/MESA	Pré Custeio / Comercialização	-	-	-	-	34.013	81,6	-	-
Sub total	Custeio	718.839	1.436,7	663.390	1.392,1	819.084	2.270,3	23%	63%
	Investimento	191.627	716,6	289.857	1.012,7	294.714	1.450,3	2%	43%
Sub Total Pronaf		910.466	2.153,4	953.247	2.404,8	1.113.798	3.720,6	17%	55%
Total Geral		910.466	2.153,4	953.247	2.404,8	1.147.811	3.802,2	20%	58%

Fonte: Agentes Financeiros (BACEN, BB, BNB, BASA, BANSICREDI e BANCOOB) - Elaboração: SAF/MDA

Fonte: CONAB

Também cabe salientar o crescimento do acesso ao financiamento do grupo do Pronaf "A" e do aumento geral dos recursos financeiros disponíveis. A diferença entre o governo FHC e o governo LULA já aparece de forma nítida na política implementada nos financiamentos. Quanto ao financiamento geral da safra agrícola 2003/2004, o governo alocou R\$32,5 bilhões. Deste total foi reservado R\$5,4 bilhões para o PRONAF.

Comparando-se os recursos financeiros disponíveis para financiamento na agricultura brasileira com a agricultura norte-americana, verifica-se que os subsídios agrícolas acessados naquele país chegam a cinco vezes mais. Os dados da **Tabela 10** indicam a situação entre 2.000 e 2.002.

Tabela 10 - Subsídios recebidos pelos agricultores norte-americanos (em milhões de dólares)

Cultura	2.000	%	2.001	%	2.002	%
Milho	9.267,95	18,7	6.549,98	12,7	4.578,72	11,6
Trigo	5.387,93	10,8	3.979,54	7,7	2.610,52	6,6
Soja	4.848,71	9,8	4.522,00	8,7	2.101,41	5,3
Carne bovina	1.426,76	2,9	1.669,90	3,2	1.450,91	3,7
Carne de frango	752,81	1,5	933,67	1,8	822,51	2,1
Carne suína	476,49	1,0	527,13	1,0	414,79	1,0
Subtotal	22.160,66	44,6	18.182,22	35,2	11.978,86	30,3
TOTAL AGRÍCOLA	49.673,37	100,0	51.683,23	100,0	39.558,60	100,0

Fonte: ICONE - Instituto de Estudos de Comércio e Negociações Internacionais. Org.: OLIVEIRA, A.U.

Aliás, é este sistema de subsídios que garante aos USA soberania e segurança alimentar, além de ser o maior exportador mundial de excedentes agrícolas. Assim, o programa de subsídios na agricultura norte-americana funciona através de uma fórmula complexa:

"O repasse é feito em duas fases: o primeiro, com base no produto e na área plantada, chega até dezembro, ou na data indicada pelo produtor. A segunda parcela é liberada em abril e determinada pelo preço do produto. Isso significa dinheiro direto na conta do produtor. Se o preço de mercado cair, o agricultor recebe a diferença do governo, uma espécie de garantia de preço.

Para ter direito a um pacote de recursos, os candidatos precisam estar em sintonia com os programas governamentais de cuidados ambientais. O não cumprimento dos compromissos pode levar a sanções.

Debaixo de um grande guarda-chuva de apoios, o seguro de safra é outro braço, assim como o incentivo para a preservação ambiental. O diretor executivo estadual da Agência de Serviços do Departamento de Agricultura dos EUA, William Graff, responsável pelo atendimento a 179 mil fazendas do Estado, explica que parte dos subsídios é encaminhada para pagamento dos programas de conservação - tipo de incentivo que a comunidade internacional não considera distorcivo ao mercado. O departamento ainda mantém programas de garantia de preços mínimos de commodities, observa Graff

- Quanto maior o preço de mercado, menor a quantidade de dólares que mandamos aos agricultores.¹⁸

Dessa forma, os financiamentos agrícolas vão entrando na ordem do dia do debate internacional e certamente, na OMC – Organização Mundial do Comércio será tema de interesse mundial. Mas, deve-se registrar que a agricultura nos USA, na Europa e no Japão, é fortemente subsidiada. Portanto, é necessário desmistificar a máxima divulgada pelo agronegócio de que aqui não há subsídio. Embora pouco, ele existe, e mais, há também a super exploração dos baixos salários pagos aos trabalhadores brasileiros ou da renda recebida pela grande maioria dos agricultores camponeses que produzem os produtos de exportação.

Enfim, a terra nas pequenas unidades de produção é apropriada com fins produtivos, por isso intensamente ocupada. Logo, elas são também, grandes consumidoras de produtos de origem industrial. Ao contrário, a maioria das grandes propriedades não é ocupada com fins produtivos, elas constituem-se em reserva patrimonial e de valor dos latifundiários. Estes latifundiários não são pessoas estranhas ao capitalismo, ao contrário, a maioria das grandes propriedades no Brasil, está em mãos de grandes empresas industriais, financeiras e de serviços, e muitas vezes, em nomes de seus familiares. Portanto, quem de fato gera emprego no campo são as pequenas unidades, acompanhadas de perto pelas médias. Então, no discurso, os grandes proprietários usam o agronegócio para encobrir suas terras improdutivas. Como se verá pelos dados relativos à produção agropecuária no Brasil, são as pequenas e as médias unidades as que de fato, são responsáveis pelo seu crescimento e destaque, e não as grandes.

As pequenas unidades produzem mais em volume da produção

Os dados do IBGE referentes ao último Censo Agropecuário (1995/6), mostram que são as pequenas unidades quem produzem a grande maioria dos produtos do campo. Esta realidade precisa ser esclarecida, pois há o mito de que quem produz no campo são as grandes propriedades.

Com relação à utilização da terra, as lavouras (temporárias e permanentes) ocupavam 50,1 milhões de hectares ou 14,1% da área total dos estabelecimentos e nelas, as pequenas unidades ficavam com 53%, as médias com 34,5% e as grandes com 12,5%. As pastagens por sua vez, ocupavam 177,7 milhões de hectares ou 49,8% da área total dos estabelecimentos e nelas as pequenas unidades ficavam com 34,9%, as médias com 40,5% e as grandes com 24,6%. Já as áreas ocupadas pelas matas e florestas perfaziam 26,5% do total (94,2 milhões de hectares) e as áreas ocupadas com terras produtivas não utilizadas representavam 4,6% (16,3 milhões de hectares).

É necessário neste momento, verificar quanto cada uma dessas unidades produzem. Em primeiro lugar, será apresentado o total dos rebanhos e plantéis da pecuária no país. (Tabela 11)

Tabela 11 – Brasil – Distribuição dos Plantéis

Rebanho	PEQUENA %	MÉDIA %	GRANDE %
Bovinos	37,7	40,5	21,8
Bubalinos (búfalos)	24,6	44,5	30,9
Equinos	59,2	31,3	9,5
Asininos	87,1	11,3	1,6
Muare s	63,0	25,3	11,7
Caprinos	78,1	19,2	2,5
Coelhos	93,1	6,4	0,5
Suínos	87,1	11,0	1,7
Ovinos	55,5	35,7	8,8
Aves	87,7	11,5	0,8

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE – 1995/6.

Org.: OLIVEIRA, A.U.

¹⁸ Jornal Zero Hora – Suplemento Campo & Lavoura, 05/12/2.003, Porto Alegre-RS, p.2.

Como se pode ver, apenas o rebanho de búfalos era maior nas grandes unidades. Mesmo quanto ao rebanho bovino, as pequenas unidades tinham um percentual quase o dobro daqueles dos latifúndios. É preciso repetir que embora a área ocupada seja maior nos latifúndios a terra não é posta para produzir. Ela fica com a função de patrimônio, ou seja, a terra é retida apenas como reserva de valor.

Ainda discutindo a pecuária de bovinos, verifica-se que quanto às matrizes vendidas, as pequenas unidades contribuíram com 38,5% enquanto que os latifúndios com apenas 19,3% (as médias tiveram 42,1%). Também em relação ao gado abatido, as pequenas unidades participaram com 62,3% enquanto que os latifúndios com apenas 11,2% (as médias ficaram com 26,4%).

Quanto à produção de leite a posição das pequenas unidades foi majoritária 71,5%, sendo que os latifúndios produziram apenas 1,9% (as médias ficaram com 26,6%). No que se refere à produção de lã, as pequenas participaram com 27,7% enquanto que os latifúndios produziram apenas 17,7% (as médias produziram 54,6%). Já em relação à produção de ovos 79,3% vieram das pequenas unidades, ficando as médias com 18,5% e as grandes com apenas 2,2%.

Assim, pode-se verificar que em relação à produção de origem animal o volume de produção das pequenas unidades é superior às grandes unidades, portanto, aos latifúndios.

A seguir, será verificada na **Tabela 12**, a participação na produção das lavouras temporárias:

Tabela 12 – Brasil – Distribuição do Volume de Produção – Lavouras Temporárias

Produtos	PEQUENA	MÉDIA	GRANDE
Algodão (herbáceo)	55,1	29,9	15,0
Arroz (em casca)	38,9	42,7	18,4
Batata-inglesa(1ª safra)	74,0	20,7	5,3
Batata-inglesa(2ª safra)	76,7	20,9	2,4
Cana-de-açúcar	19,8	47,1	33,1
Feijão (1ª, 2ª e 3ª safras)	78,5	16,9	4,6
Fumo em folha	99,5	0,5	Zero
Mandioca	91,9	7,3	0,8
Milho em grão	54,4	34,8	10,8
Soja em grão	34,4	43,7	21,9%
Tomate	76,4	18,5	5,1
Trigo em grão	60,6	35,2	4,2

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE – 1995/6.

Org.: OLIVEIRA, A.U.

Em termos do volume da produção entre as lavouras temporárias, apenas na cultura da cana-de-açúcar os latifúndios produziram mais que as pequenas unidades, pois mesmo entre as famosas *commodities* – soja e milho - as pequenas unidades produzem um volume maior do que as grandes.

Quanto às lavouras permanentes, (**Tabela 13**) também o cenário não é diferente. As pequenas unidades de produção produziram mais que os latifúndios em termos de volume da produção:

Tabela 13 – Brasil – Distribuição do Volume de Produção – Lavouras Permanentes

Produtos	PEQUENA	MÉDIA	GRANDE
Ágave (fibra)	73,4	23,7	2,9
Algodão (arbóreo)	75,9	20,1	4,0
Banana	85,4	13,6	1,0
Cacau (amêndoas)	75,4	23,7	0,9
Café (em coco)	70,4	27,9	1,7
Caju (castanha)	71,8	15,0	13,2
Chá-da-Índia	47,3	52,7	Zero
Coco-da-baía	67,0	19,9	13,1
Guaraná	92,2	7,5	0,3
Laranja	51,0	38,1	10,9
Maçã	35,4	32,3	32,3
Mamão	60,1	35,1	4,8
Pimenta-do-reino	72,6	23,1	4,3
Uva (para mesa)	87,8	9,1	3,1
Uva (para vinho)	97,0	3,0	zero

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE – 1995/6.

Org.: OLIVEIRA, A.U.

Como se pode verificar, também entre as *commodities* (laranja, café e cacau) as pequenas unidades (menos de 200 hectares) tiveram, o maior volume da produção. Neste setor, há que se destacar o café com uma participação das pequenas unidades acima de 70%.

Entre os produtos agrícolas oriundos da horticultura a maioria do volume da produção recaiu massivamente entre as pequenas unidades de produção, pois tradicionalmente são elas as maiores produtoras deste gênero alimentício. O mesmo processo ocorre na floricultura. Esta mesma participação expressiva das pequenas unidades, também ocorreu entre os produtos oriundos do extrativismo vegetal. Neste setor da produção vegetal praticamente mais de 50% do volume vem das unidades com menos de 200 hectares, como pode ser observado pela **Tabela 14**.

Tabela 14 – Brasil – Distribuição do Volume de Produção – Extração Vegetal

Produtos	PEQUENA	MÉDIA	GRANDE
Borracha (coagulada)	60,1	20,5	19,4
Carvão vegetal	50,3	27,1	13,6
Castanha-do-Pará	79,1	16,6	2,3
Erva-mate	67,6	25,8	6,6
Lenha	86,9	26,5	6,1
Madeiras em toras	49,7	26,5	23,8

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE – 1995/6.

Org.: OLIVEIRA, A.U.

O único setor da produção vegetal que os latifúndios tiveram participação hegemônica foi na silvicultura (**Tabela 15**). A razão desta hegemonia decorre da história de sua origem, atrelada às políticas de incentivos fiscais, durante os governos militares.

Tabela 15 – Brasil – Distribuição do Volume de Produção – Silvicultura

Produtos	PEQUENA	MÉDIA	GRANDE
Carvão vegetal	11,2	18,1	67,8
Madeiras em tora	10,0	34,8	55,1
Madeiras para papel	8,3	18,6	73,1

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE – 1995/6

Org.: OLIVEIRA, A.U.

As pequenas unidades de produção também geram mais renda no campo

Outro mito comum entre aqueles que analisam a agricultura brasileira, refere-se à participação das diferentes unidades de produção na geração da renda neste setor. Costumam atribuir à grande exploração o papel de destaque. A análise dos dados do valor da produção animal e vegetal do Censo Agropecuário, mostram exatamente o oposto, pois quem detém a maior participação na geração de renda no campo brasileiro também, são as pequenas unidades de produção com menos de 200 hectares que ficam com 56,8% do total geral. Os dados percentuais desta participação na **Tabela 16**, são provas inequívocas desse papel:

Tabela 16 – Brasil – Distribuição do VALOR da PRODUÇÃO

Setor	TOTAL GERAL	PARTICI-PAÇÃO	PEQUENA	MÉDIA	GRANDE
TOTAL GERAL	100,0	100,0	56,8	29,6	13,6
TOTAL da PRODUÇÃO ANIMAL	39,4	100,0	60,4	28,6	11,2
Animal de grande porte	25,2	100,0	46,4	37,2	16,4
Animal de médio porte	3,8	100,0	85,5	12,9	1,6
Pequenos animais e aves	10,4	100,0	84,8	13,6	1,5
TOTAL da PRODUÇÃO VEGETAL	60,6	100,0	53,6	31,2	15,2
Lavouras Temporárias	42,1	100,0	49,2	33,8	16,7
Lavouras Permanentes	12,6	100,0	70,5	24,3	5,2
Horticultura e floricultura	2,0	100,0	94,7	4,1	1,2
Extração Vegetal	1,6	100,0	67,6	17,9	11,3
Silvicultura	2,3	100,0	16,8	23,4	59,8

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE – 1995/6.

Org.: OLIVEIRA, A.U.

Quanto às receitas totais geradas pelos estabelecimentos agropecuários, cabe destacar que as pequenas unidades também ficaram com o maior percentual, ou seja, 53,5% do total. As médias ficaram com 31,1% e os latifúndios com apenas 15,4% do total geral (**Tabela 17**). Dessa forma, em praticamente todas as variáveis, as pequenas unidades de produção na agricultura, são

mais produtivas do que os latifúndios. Este cenário indica que a terra na grande propriedade não está sendo posta para produzir, mas sim como já destaquei, destinada às reservas patrimoniais e de valor.

Tabela 17 – Brasil – Distribuição da RENDA LÍQUIDA TOTAL (R\$1.000,00)

Itens	TOTAL	%	%	PEQUENA	%	MÉDIA	%	GRANDE	%
RECEITAS TOTAIS	43.622.749	100,0	100,0	23.359.659	53,5	13.520.289	31,0	6.701.117	15,5
DESPESAS TOTAIS	26.880.701	61,6	100,0	13.481.409	50,2	8.523.594	31,7	4.861.743	18,1
RENDA LÍQUIDA TOTAL	16.742.048	38,4	100,0	9.878.250	59,0	4.996.695	29,8	1.839.374	11,2

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE – 1995/6.

Org.: OLIVEIRA, A.U.

A distribuição da renda líquida total revela e reforça a tese central de que a pequena unidade de produção é responsável pela maior receita, despesa e volume financeiro dela. O latifúndio, por sua vez, ficou com a menor parcela.

Entretanto, aprofundando mais esta investigação, verifica-se que como o número das pequenas unidades é elevado (88,85% do total), a parcela média obtida por unidade é também pequena. Por exemplo, na **Tabela 18**, a quantia média do valor da produção por estabelecimento entre aqueles que tem área inferior a 10 hectares, variou entre R\$1.130,00 e R\$4.240,00. Entre aqueles que possuem área entre 10 e 200 hectares, a parcela média variou entre R\$6.500,00 e R\$20.500,00. Enquanto isso nas grandes unidades esta parcela média variou entre R\$231.000,00 e R\$827.000,00.

A situação não foi diferente no item das receitas. Enquanto que nas pequenas o valor médio por estabelecimento, variou de R\$1.040,00 a R\$18.800,00, entre as grandes ela variou de R\$236.800,00 e R\$881.000,00. No item despesas o quadro da desigualdade foi semelhante, o que também ocorreu com a renda líquida total média. Como o número dos grandes estabelecimentos é reduzido (0,5%) o resultado por unidade torna-se elevado.

Cabe esclarecer que esta concentração é resultado também da histórica concentração da terra no país e particularmente, pelo fato de que o Brasil continua sendo um país onde parte significativa das exportações é de produtos básicos ou apenas semimanufaturados. Assim, a elite tem se reproduzido, reproduzindo a concentração da terra e da renda. Vender para o mercado mundial mais produtos da agricultura, o que o Brasil fez em toda sua história, agora virou participar do agronegócio. Até a cidade de Ribeirão Preto que foi "*a capital do café*" agora adotou um novo slogan: a "*capital do agronegócio*". Muda-se para não mudar nada. Com todo respeito aos incansáveis trabalhadores desta cidade, mas Ribeirão Preto continua sendo "*um fazendão iluminado*", como afirmou um agente do setor imobiliário de lá.¹⁹ Esta região tornou-se uma espécie de ícone do agronegócio. Aliás, há algum tempo, a Rede Globo fez um programa especial do Globo Repórter, para chamar aquela região de "Califórnia brasileira". Existe pelos menos duas grandes diferenças entre ambas: a distribuição da terra e da renda. Na Califórnia, a sociedade norte-americana desde o século XIX, tratou de fazer cumprir leis que limitaram o tamanho da propriedade da terra no centro e oeste do país: "*Esse processo de abertura do acesso a terra teve início com uma lei de 1820 que permitia a venda de terras do Estado em pequenas parcelas de 80 acres (32,3736 hectares) ao preço de US\$ 1,25 por acre (4.047 M²). Em 1832, o Estado autorizou a venda de propriedades de até 40 acres (16,1868 ha). Por fim, em 1862, foi assinada The Homestead Act, ou a lei da colonização americana, que permitia a concessão gratuita de terra para propriedades de 160 acres (64,7472 ha)*".²⁰

¹⁹ BELTRÃO SPOSITO, M. E. "*O Chão Arranha o Céu: A Lógica da (Re) Produção monopolista da cidade*" – tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana – FFLCH-USP, São Paulo, 1.991.

²⁰ OLIVEIRA, A.U. "*Modo Capitalista de Produção e Agricultura*", 3ª edição, Ed. Ática, São Paulo, 1.990.

Assim, parece que sempre teimosamente, quando a história se repete, ela o faz como farsa. Este conjunto de resultados apresentados referentes aos dados da agricultura brasileira, é mais um indicativo de que a necessária e fundamental melhor distribuição da renda na agricultura passa necessariamente pela redistribuição da terra. Maior acesso a terra significa possibilidade de obtenção de melhor fatia da renda geral.

Tabela 18 - Brasil – Valor da produção, receitas, despesas e renda líquida média por estabelecimento.

Grupos de área total (Hectares)		Número de estabelecimentos	% do nº de estabelecimentos	Valor da Produção Médio por estabelecimento	Valor Médio das Receitas Totais por estabelecimento	Valor Médio das Despesas Totais por estabelecimento	Valor Médio RENDA LÍQUIDA TOTAL por estabelecimento
PEQUENA	Menos de 1	512.032	10,5	1.130,00	1.040,00	525,00	515,00
	1 a - 2	471.298	10,0	1.390,00	1.190,00	620,00	570,00
	2 a - 5	796.724	16,4	2.610,00	2.320,00	1.200,00	1.120,00
	5 a - 10	622.320	12,8	4.240,00	3.650,00	1.910,00	1.740,00
	Menos de 10	2.402.374	49,4	---	---	---	---
	10 a - 20	701.416	14,4	6.500,00	5.480,00	2.990,00	2.490,00
	20 a - 50	814.695	16,8	9.000,00	7.760,00	4.500,00	3.260,00
	50 a -100	400.375	8,2	12.600,00	11.160,00	6.460,00	4.700,00
	Menos de 100	4.318.861	88,8	---	---	---	---
	100 a - 200	246.314	5,1	20.500,00	18.800,00	11.530,00	7.270,00
	Menos de 200	4.565.175	93,9	---	---	---	---
MÉDIA	200 e - 500	165.243	3,4	39.000,00	37.400,00	23.140,00	14.260,00
	500 e - 1.000	58.407	1,2	77.000,00	74.900,00	43.600,00	31.300,00
	1.000 e - 2.000	28.504	0,6	130.000,00	129.100,00	79.700,00	49.400,00
	200 e - 2.000	252.154	5,2	---	---	---	---
GRANDE	2.000 a - 5.000	14.982	0,3	231.000,00	236.800,00	151.500,00	85.300,00
	5.000 a - 10.000	3.688	0,1	410.000,00	451.100,00	325.100,00	126.000,00
	10.000 e mais	2.184	0,1	827.000,00	881.000,00	678.000,00	203.000,00
	2.000 e mais	20.854	0,5	---	---	---	---
TOTAL	(*) 4.859.865	(*) 100,0	10.100,00	9.420,00	5.820,00	.600,00	

* A diferença entre a soma e o total refere-se aos estabelecimentos sem declaração

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE - 1995/6

Org.: OLIVEIRA, A.U.

A estrutura produtiva das principais culturas e o caminho seguido pela agricultura

Também é necessário analisar a diferença estrutural entre a produção agrícola voltada mais para o mercado interno e aquela do agronegócio voltada especialmente para o mercado mundial. Os dados a seguir são sugestivos para se pensar a situação atual e o futuro. Como se pode verificar, o agronegócio está implantado com maior ênfase, na pequena e na média propriedade. Torna-se, portanto, fundamental entender a estrutura produtiva do agronegócio e aquela voltada especialmente para o mercado interno. Para tal, será analisada a realidade oferecida por produtos agrícolas que se constituem em *commodities* do agronegócio e produtos voltados para alimentação básica dos brasileiros.

Mas, antes é preciso eliminar outro mito referente ao “espetáculo do agronegócio”. A pergunta que deve ser feita é: qual é área ocupada pelas atividades agrícolas no Brasil?

Analisando os dados do IBGE, a área total dos estabelecimentos agropecuários recenseados em 1995/6, ocupava 353,6 milhões de hectares, as lavouras (temporárias e permanentes) 50,1 milhões de hectares, as pastagens (naturais e plantadas) 177,7 milhões de hectares, as matas e florestas naturais 88,8 milhões de hectares, a silvicultura 5,4 milhões de hectares, e restava um total de 60,2 milhões de hectares, certamente de terras improdutivas.

As terras ocupadas pelas lavouras estavam 53,0% nas pequenas unidades de produção, 34,5% nas médias e apenas 12,5% nas grandes unidades. Já as terras ocupadas pelas pastagens, 34,9% estavam nas pequenas, 40,5% nas médias e apenas 24,6% nas grandes. As terras das matas e florestas naturais, 20,7% ficavam nas pequenas, 29,6% nas médias e 49,7% nas grandes. As terras da silvicultura ficavam 16,7% nas pequenas, 24,1% nas médias e 59,2% nas grandes. Dessa forma, a maior área destinada à produção agropecuária está na pequena e na média e não grande como se tenta justificar. Apenas as áreas com silvicultura e com matas e florestas naturais e as improdutivas estão predominantemente nas grandes unidades.

Vamos então analisar agora, o quadro apresentado por vários produtos da agricultura para chegarmos à sua realidade estrutural.

A soja

A soja é atualmente a verdadeira vedete do agronegócio, inclusive muitos intelectuais progressistas, atribuem apenas a ela o grande furor das transformações na agricultura brasileira em todo canto e lugar do país. Vamos analisar seus dados e verificar qual sua dimensão e destaque.

A **Tabela 19** indica que o total dos estabelecimentos produtores de soja no Brasil representava apenas 5,0% (242.999) do total (4.859.865) dos agricultores brasileiros. Entre as pequenas unidades de produção que também produziram soja, encontrava-se apenas 4,4% (225.530) do total (4.565.175) dos estabelecimentos pequenos. Nas médias unidades o percentual foi de 6,3% e entre as grandes 7,8%. Cabe salientar, que embora reduzido o número de pequenas unidades produzindo soja, elas representavam em relação ao número total dos produtores desta leguminosa 92,8%. Plantaram também, 36,2% da área colhida, colheram 34,4% do volume da produção em toneladas e ficaram com 36,2% valor da produção.

Tabela 19 - Brasil – Soja em grão

Grupos de área total (Hectares)		% nº de produtores em relação nº total dos estabelecimentos dos grupos de área total	Número de Produtores	Área Colhida (Ha)	Participação % número de estabelecimentos	Participação % área colhida (Ha)	Participação % volume da produção	Participação % valor da produção
PEQUENA	Menos de 10	2,4	57.203	195.068	23,5	2,1	1,6	1,8
	10 a - 20	10,1	70.972	498.026	29,2	5,2	4,6	4,8
	20 a - 50	8,0	65.561	1.021.683	27,0	10,8	10,3	10,8
	50 a - 100	5,1	20.615	809.211	8,5	8,5	8,5	8,9
	Menos de 100	5,0	214.351	2.523.988	88,2	26,6	25,0	26,3
	100 a - 200	4,5	11.179	907.803	4,6	9,6	9,4	9,9
MÉDIA	Menos de 200	4,9	225.530	3.431.791	92,8	36,2	34,4	36,2
	200 e - 500	5,7	9.456	1.530.068	3,9	16,1	16,3	16,6
	500 e - 1.000	7,0	4.078	1.321.949	1,7	14,0	14,2	14,3
	1.000 e - 2.000	8,1	2.300	1.213.183	0,9	12,8	13,2	12,7
GRANDE	200 e - 2.000	6,3	15.834	4.065.200	6,5	42,9	43,7	43,6
	2.000 a - 5.000	8,0	1.192	1.102.685	0,5	11,6	12,3	11,4
	5.000 a - 10.000	7,6	282	493.949	0,1	5,2	5,4	4,9
	10.000 e mais	7,0	153	386.171	0,1	4,1	4,2	3,9
	2.000 e mais	7,8	1.627	1.982.805	0,7	20,9	21,9	20,2
TOTAL		5,0	242.999	9.479.893	100,0	100,0	100,0	100,0

* A diferença entre a soma e o total refere-se aos estabelecimentos sem declaração

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE - 1995/6.

Org.: OLIVEIRA, A.U.

Assim, mesmo na produção desta *commodity*, as grandes unidades que participaram com 0,7% do número dos estabelecimentos produtores e plantaram 20,9% da área. Ficaram também, com 21,9% das toneladas colhidas e com 20,2% do valor da produção, quantidades inferiores, portanto, às aquelas obtidas pelas pequenas unidades. As médias unidades responderam pelo maior percentual na área plantada (42,9), volume colhido (43,7%) e valor da produção (43,6%). Aliás, mesmo as pequenas unidades com área inferior a 100 hectares, tiveram maior participação percentual na área plantada, no volume colhido e na renda obtida.

Uma conclusão óbvia destes dados é que há mais de 225 mil camponeses integrados na produção desta mercadoria do agronegócio no Brasil. E mais, eles têm inserção diferenciada neste setor. Vivem contradições e a imensa teia das relações de sujeição a que estão submetidos. Desvendar estas teias pode indicar caminhos de autonomia para estes produtores camponeses.

Quanto ao destino da produção, 50% dos produtores entregaram às cooperativas, 37% das toneladas de soja produzida. Outros 35% entregaram aos intermediários 30% da soja total produzida. Para a indústria 10% dos produtores enviaram 31% da produção. A diferença restante teve outros destinos. Dessa forma, aqui estão três mecanismos diferentes de sujeição dos produtores de soja ao capitalismo mundial. Não custa lembrar que, desde o início da expansão da soja nas décadas de 60 e de 70, as cooperativas foram instrumentos privilegiados da reprodução da subordinação da renda da terra dos camponeses ao capital neste setor.

Também a distribuição da parcela média do valor da produção foi desigual. Os 225.500 pequenos ficaram parcelas médias de R\$1.320,00, R\$2.870,00, R\$7.000,00, R\$18.400,00 e R\$ 37.400,00 respectivamente, para os grupos de área total de menos de 10 ha, 10 a -20 ha, 20 a -50 ha, 50 a -100 ha e 100 a -200 ha. Enquanto isso, 153 dos maiores grandes proprietários (10.000 ha e mais) que produziram soja, obtiveram parcelas médias de R\$1.091.000,00.

Cabe ainda ressaltar, que a área total cultivada com soja no Brasil na safra de 95/6, foi de 9,5 milhões de hectares, ou 1,1% da área total do país. Entretanto, esta leguminosa vem ampliando sua área cultivada, alcançando na safra 2000/01, um total de 13,9 milhões de hectares. Assim, ela ampliou seu percentual de participação entre as lavouras (temporárias e permanentes) que em 95/6 já era de 18,9%. Na safra 2002/03, a área plantada continuou aumentando, chegando a 18,4 milhões de hectares. Na safra 2003/04, a área deve chegar a 20,9 milhões de hectares. A expansão da cultura se faz principalmente no Centro-Sul do país, com destaque para os estados de Mato Grosso (5,2 milhões de hectares), Mato Grosso do Sul (1,7 milhões de hectares), Goiás (2,4 milhões de hectares), Rio Grande do Sul (3,9 milhões de hectares) e o Paraná (3,9 milhões de hectares). Estes estados respondem, portanto, por mais de 80% da área cultivada nesta safra. Esta expansão em área é também, acompanhada por um crescimento no volume de produção que passou de 20,7 milhões de toneladas na safra de 95/6, para 52,0 milhões na safra 2002/3, podendo chegar a mais 58 milhões na safra 2003/04.

A cana-de-açúcar

A cultura da cana-de-açúcar cultivada no Brasil desde os tempos coloniais, tornou-se múltipla depois do advento do Pró-álcool. Destinada à produção de açúcar, hoje ela disputa o mercado dos combustíveis do setor automobilístico, pois o álcool anidro participa da mistura na gasolina. Dessa forma, os grandes usineiros foram reformulando suas estratégias de produção e de apenas capitalistas industriais tornaram-se capitalistas na produção agrícola da matéria-prima, agora também proprietários da maior parte das terras onde a plantam. Criaram assim, as bases de uma verdadeira agroindústria, onde ao lucro de origem industrial somam o lucro agrícola e a renda da terra. Afinal, esta cultura ocupa os melhores solos existentes no país, constituindo-se em verdadeiros monopólios territorializados.

Por tudo isso, a cultura da cana-de-açúcar é uma atividade onde as grandes unidades têm participação superior às pequenas. Elas participaram com 31,6% das terras plantadas, 33,1% do volume da produção e 31,1% do valor da produção gerado. Entretanto, mesmo nesta cultura a participação mais expressiva é da média unidade, que ficou com mais de 40% de tudo. Mesmo com a participação de mais de 89% do número de estabelecimentos produtores de cana-de-açúcar, as pequenas unidades participam com pouco mais de 10% e inclusive, esta participação está mais localizada no Nordeste e no Rio de Janeiro. A **Tabela 20** ilustra com dados detalhados esta cultura. Cabe também esclarecer que eles referem-se apenas à cana industrial, pois a cana forrageira está muito mais disseminada nas propriedades rurais.

Tabela 20 - Brasil – Cana-de-açúcar

Grupos de área total (Hectares)		% nº de produtores em relação nº total dos grupos de área total	Número de Produtores	Área Colhida (Hectares)	Participação % nº de estabelecimentos	Participação % área colhida (Hectares)	Participação % volume da produção	Participação % valor da produção
PEQUENA	Menos de 10	4,9	116.801	84.588	31,0	2,0	1,0	1,7
	10 a - 20	14,0	98.249	111.263	26,0	2,6	1,6	2,1
	20 a - 50	10,9	89.028	240.824	23,6	5,7	4,3	4,8
	50 a -100	8,2	32.708	246.605	8,7	5,9	5,1	5,4
	Menos de 100	7,8	336.786	683.280	89,3	16,2	12,0	14,0
	100 a - 200	7,8	19.230	364.274	5,1	8,6	7,8	7,8
	Menos de 200	7,8	356.016	1.047.554	94,4	24,8	19,8	21,8
MÉDIA	200 e - 500	8,3	13.719	682.594	3,6	16,2	15,5	14,0
	500 e - 1.000	7,9	4.636	618.271	1,2	14,7	14,9	13,5
	1.000 e - 2.000	6,3	1.806	535.012	0,5	12,7	16,7	19,6
	200 e - 2.000	8,0	20.161	1.835.877	5,3	43,6	47,1	47,1
	2.000 a - 5.000	5,0	743	571.195	0,2	13,6	14,8	13,8
GRANDE	5.000 a - 10.000	4,3	160	327.832	0,1	7,7	8,5	8,8
	10.000 e mais	4,9	107	433.963	0,0	10,3	9,8	8,5
	2.000 e mais	4,8	1.010	1.332.990	0,3	31,6	33,1	31,1
	TOTAL	7,8	* 377.207	*4.215.427	100,0	100,0	100,0	100,0

* A diferença entre a soma e o total refere-se aos estabelecimentos sem declaração

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE - 1995/6.

Org.: OLIVEIRA, A.U.

O total dos produtores de cana-de-açúcar representava também, apenas 7,8% dos agricultores brasileiros, e os pequenos que a produzem também, apenas 6,9% do total. A área total cultivada com cana-de-açúcar no Brasil era de 5 milhões de hectares, ou 0,6% da área do país na safra 95/96. Na safra 2002/3, a área cultivada chegou a 5,2 milhões de hectares e a um volume de produção de 364,4 milhões de toneladas.

As pequenas unidades (94,4%) participaram com apenas 24,8% da área colhida, 19,8% do volume e 21,8% do valor da produção. As grandes nessa cultura, têm participação maior do que as pequenas unidades.

Na safra 95/6, mais de 94% do volume da produção de cana foi para a indústria (usinas e destilarias). Os maiores produtores (10.000 ha e mais), cerca de 100, ficaram com parcelas médias do valor da produção de R\$4.217.800,00. Enquanto isso, as pequenas unidades por sua vez, ficaram com parcelas médias de apenas R\$3.000,00. Esta é uma cultura onde a diferença na distribuição da renda é mais desigual.

A laranja

A produção da laranja para a produção de suco concentrado é fenômeno relativamente recente na agricultura brasileira. A década de 80 foi o período em que ocorreu a decolagem desta produção. Hoje o Brasil é o primeiro produtor mundial de suco concentrado de laranja. Concentrada territorialmente no Estado de São Paulo, a área plantada na safra 95/6 foi de pouco menos de um milhão de hectares. Na safra de 2002/03, o volume de produção foi de 18,5 milhões de toneladas e área plantada manteve-se praticamente a mesma.

O total dos produtores de laranja no Brasil representava 17,0% dos agricultores brasileiros, e os pequenos que a produzem também, representavam 17,2% do total. Como a área total cultivada com laranja no Brasil, é de um milhão de hectares, ela representa apenas 0,1% da área total do país. As pequenas unidades de produção representavam 94,9% dos produtores que por sua vez têm 58,6% da área plantada, 51,1% do volume da produção e 58,4% do valor da produção gerado. Enquanto isso, as grandes unidades participaram com apenas 7,1% da área plantada, 10,8% do volume da produção e apenas 8,9% do valor da produção. A **Tabela 21** mostra esta realidade.

Tabela 21 - Brasil - Laranja

Grupos de área total (Hectares)		% do nº de produtores em relação nº total dos grupos de área total	Número de Produtores	Área Colhida (Hectares)	Participação % nº de estabelecimentos	Participação % área colhida (Hectares)	Participação % volume da produção	Participação % valor da produção
PEQUENA	Menos de 10	12,4	298.640	68.651	36,1	7,2	4,6	8,0
	10 a - 20	26,6	186.275	71.152	22,5	7,5	5,9	7,1
	20 a - 50	23,0	186.995	156.969	22,6	16,6	14,2	16,5
	50 a - 100	17,9	71.775	129.177	8,7	13,7	12,9	13,0
	Menos de 100	17,2	743.685	425.949	90,0	45,0	37,6	44,6
	100 a - 200	16,5	40.659	128.711	4,9	13,6	13,5	13,8
MÉDIA	Menos de 200	17,2	784.344	554.660	94,9	58,6	51,1	58,4
	200 e - 500	16,1	26.629	168.762	3,2	17,8	18,7	17,2
	500 e - 1.000	15,8	9.207	95.734	1,1	10,1	11,1	8,6
	1.000 e - 2.000	13,6	3.948	60.578	0,5	6,4	8,3	6,9
	200 e - 2.000	15,8	39.784	325.074	4,8	34,3	38,1	32,7
GRANDE	2.000 a - 5.000	12,4	1.856	49.365	0,2	5,3	7,9	5,9
	5.000 a - 10.000	10,3	381	6.974	0,1	0,7	0,5	0,4
	10.000 e mais	9,7	211	10.804	0,0	1,1	2,4	2,6
	2.000 e mais	11,7	2.448	67.143	0,3	7,1	10,8	8,9
TOTAL		17,0	826.875	946.896	100,0	100,0	100,0	100,0

* A diferença entre a soma e o total refere-se aos estabelecimentos sem declaração

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE - 1995/6.

Org.: OLIVEIRA, A.U.

Na cultura da laranja para suco concentrado, predominou e ainda predomina a separação entre os produtores das frutas e as indústrias. Por isso, a participação expressiva e histórica da pequena unidade de produção no setor. Entretanto, em função de disputas na definição do preço da fruta, as indústrias iniciaram o plantio da fruta em terra própria. Assim se explica a expansão da laranja no Triângulo Mineiro. Outro processo que ocorre neste setor é a associação de grandes produtores capitalistas com as indústrias, deste modo vão construindo um processo próprio e específico de territorialização destes monopólios do suco concentrado.

Quanto ao destino da produção, 75% da produção foi entregue às indústrias de suco concentrado, e 20% aos intermediários. A desigualdade na distribuição das parcelas médias do valor de produção também está presente nesta cultura. Elas foram de R\$3.000,00 nas pequenas e de R\$111.000,00 nas maiores entre as grandes unidades.

O café

Outra cultura do agronegócio, o café vem sendo produzido no Brasil desde o século XIX. Primeiro produto de exportação durante longas décadas, ele fez este país tornar-se o primeiro produtor mundial. Como parte da história, o café percorreu uma verdadeira marcha pelo território nacional fazendo de São Paulo seu primeiro grande produtor, depois o Paraná e agora, Minas Gerais e o Espírito Santo.

O total dos produtores de café no Brasil, representava apenas 7,6% dos agricultores brasileiros, e os pequenos que o produzem também, representam apenas 7,7% do total. A área total cultivada com café no Brasil, era de 1,8 milhões de hectares, ou 0,2% da área total do país na safra 95/96. Na safra 2002/03, a área plantada chegou a 2,4 milhões de hectares e o volume da produção a 2,6 milhões de toneladas, metade em Minas Gerais.

Nesta cultura é espetacular a hegemonia da pequena unidade de produção, pois ela alcança 95,9% dos produtores, 76,5% da área colhida, 70,5% do volume da produção e 69,8% do valor da produção. Enquanto isso, as grandes unidades tiveram a inexpressiva participação de 1,4% da área, 1,7% das toneladas produzidas e 2,2% do valor gerado. A Tabela 22 a seguir detalha estes dados.

12

Tabela 22 - Brasil - Café em coco

Grupos de área total (Hectares)		% n° de produtores em relação n° total dos grupos de área total	Número de Produtores	Área Colhida (Hectares)	Participação % n° de estabelecimentos	Participação % área colhida (Hectares)	Participação % volume da produção	Participação % valor da produção
PEQUENA	Menos de 10	5,5	131.654	219.242	35,6	12,1	9,3	8,8
	10 a - 20	9,3	65.176	211.049	17,7	11,7	9,6	8,8
	20 a - 50	10,3	83.727	393.837	22,7	21,7	19,3	18,3
	50 a - 100	11,7	46.774	299.162	12,7	16,5	16,2	15,5
	Menos de 100	7,6	327.331	1.123.290	88,7	62,0	54,4	51,4
	100 a - 200	10,7	26.456	263.299	7,2	14,5	16,1	18,4
	Menos de 200	7,7	353.787	1.386.589	95,9	76,5	70,5	69,8
MÉDIA	200 e - 500	6,9	11.440	257.240	3,1	14,2	17,5	17,8
	500 e - 1.000	4,4	2.555	99.351	0,7	5,5	7,2	7,2
	1.000 e - 2.000	2,8	787	42.906	0,2	2,4	3,2	3,0
	200 e - 2.000	5,9	14.782	399.497	4,0	22,1	27,9	28,0
GRANDE	2.000 a - 5.000	1,8	266	21.847	0,1	1,2	1,4	1,7
	5.000 a - 10.000	1,5	56	2.344	0,0	0,1	0,1	0,2
	10.000 e mais	2,0	43	1.937	0,0	0,1	0,2	0,3
	2.000 e mais	1,8	365	26.128	0,1	1,4	1,7	2,2
TOTAL		7,6	368.961	1.812.250	100,0	100,0	100,0	100,0

* A diferença entre a soma e o total refere-se aos estabelecimentos sem declaração
 Fonte: Censo Agropecuário do IBGE - 1995/6. Org.: OLIVEIRA, A.U.

Como o café é cultivado particularmente nas pequenas unidades, elas entregaram aos intermediários 65% da produção, 15% para a indústria e outros 15% para as cooperativas. Quanto à distribuição das parcelas médias do valor da produção, os extremos vão de R\$1.600,00 nas menores e R\$203.000,00 nas maiores. Entretanto, trata-se de esclarecer que 70% do valor da produção são distribuídos com menor desigualdade, entre os pequenos. Eles recebem de R\$1.600,00 entre os com área inferior a 10 ha, e R\$7.900,00 entre aqueles de 100 e menos de 200 ha. Este quadro decorre do fato de que o número de produtores pequenos é muito elevado (mais de 350.000).

Assim, mesmo fortemente subordinada aos intermediários, a pequena unidade tem conseguido ficar com parte da renda da terra obtida com esta cultura. Certamente, parte desta possibilidade acontece porque o café muitas vezes, fica estocado, aguardando melhores preços.

A pecuária de bovinos

A pecuária de corte é outra atividade no campo de história longa. Parceira da cultura da cana desde o período colonial, ganhou fama como "desbravadora de fronteiras". Por isso, é parte constitutiva da estrutura produtiva das elites. Foi também, a atividade econômica, que serviu de instrumento para demarcação de grandes posses e até hoje é a atividade que detém na média, as maiores extensões territoriais do país. Caracteriza-se por ser uma atividade fortemente disseminada no campo. Para os pequenos é uma espécie de "poupança", para os grandes é instrumento para se apoderar de muita terra. Cerca de 2,7 milhões de estabelecimentos (55,5%) exercem esta atividade. Entre os pequenos o percentual exceto os estabelecimentos com menos de 10 ha, estão presentes em mais de 70% das unidades, e entre os grandes em perto de 90% deles. (Tabela 23) É portanto uma atividade hegemônica da grande propriedade. M e s m o assim, a participação das pequenas unidades no número de cabeças do rebanho é de 37,6% (57,6 milhões de cabeças), portanto maior do que as grandes unidades que detém apenas 21,8% (33,3 milhões de cabeças).

Tabela 23 - Brasil - Bovinos - Plantel Total

Grupos de área total (Hectares)		REBANHO TOTAL			
		% nº de Criadores em relação nº total dos grupos de área total	Participação % nº de estabelecimentos criadores	Número de Cabeças do Rebanho Total	Participação % Rebanho Total
PEQUENA	Menos de 10	33,9	30,2	6.039.646	3,9
	10 a - 20	71,0	18,5	6.639.267	4,3
	20 a - 50	75,3	22,8	14.364.690	9,4
	50 a -100	79,7	11,8	14.123.384	9,2
	Menos de 100	52,0	83,3	41.166.987	26,8
MÉDIA	100 a - 200	83,8	7,7	16.504.085	10,8
	Menos de 200	53,7	91,0	57.671.072	37,6
	200 e - 500	88,9	5,4	25.090.847	16,4
	500 e - 1.000	90,5	2,0	19.296.872	12,6
GRANDE	1.000 e - 2.000	91,2	1,0	17.631.807	11,5
	200 e - 2.000	89,5	8,4	62.019.526	40,5
	2.000 a - 5.000	90,1	0,5	17.156.969	11,2
	5.000 a - 10.000	88,1	0,1	7.499.578	4,9
	10.000 e mais	86,4	0,1	8.660.453	5,7
	2.000 e mais	89,3	0,6	33.316.000	21,8
TOTAL		55,5	100,0	(*)	100,0
		2.698.197		153.058.275	

* A diferença entre a soma e o total refere-se aos estabelecimentos sem declaração

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE - 1995/6.

Org.: OLIVEIRA, A.U.

A análise dos dados sobre o número de bovinos comprados, vendidos e abatidos (Tabela 24), igualmente reforça a tese de que também, na pecuária de bovinos as pequenas unidades tem maior participação. Em número de cabeças, as pequenas unidades foram responsáveis por 32,8% das cabeças compradas, 31,6% das vendidas, e 62,5% das abatidas. Enquanto que as grandes movimentaram apenas, 24,0% das compradas, 24,1% das vendidas e 10,7% das abatidas. A desigualdade na distribuição das parcelas médias do valor da produção repete-se também na pecuária de bovinos onde oscilou no item cabeças vendidas, entre R\$1.000,00 para as menores e R\$265.000,00 para as maiores.

O leilão tem sido instrumento de comercialização mais comum na pecuária de bovinos. Esta modalidade de comercialização, abriu possibilidades de fortes sociabilidades entre os diferentes produtores deste setor. Esta articulação estabelecida entre as diferentes unidades de produção abriu lugar para que as articulações políticas muitas vezes, levassem os pequenos pecuaristas para as posições dos grandes proprietários. A base política da UDR - União Democrática Ruralista tem apresentado esta característica.

A presença significativa da pequena unidade de produção na pecuária de bovinos, é conseqüência também, da crise que tem se abatido sobre a agricultura durante o Plano Real, em função de sua "âncora verde" ²¹. As pequenas unidades em geral cuidam da etapa da cria na pecuária, onde o objetivo principal é o bezerro, e o leite vem com renda adicional, embora também com preços baixos. Também em geral, os médios e grandes proprietários acabam comprando estas crias da pequena unidade realizando as duas outras etapas, a recria e a engorda.

²¹ Parte do Plano que visou manter estável o preço da cesta básica. Com o desigual comportamento dos preços (alta nos preços dos produtos adquiridos pelos agricultores, a redução da renda na agricultura foi inevitável.

Tabela 24 - Brasil - Número de Bovinos - Comprados, Vendidos e Abatidos

Grupos de área total (Hectares)		Compradas		Vendidas		Abatidas	
		Participação % Nº de Cabeças	Participação % valor da produção	Participação % Nº de Cabeças	Participação % valor da produção	Participação % Nº de Cabeças	Participação % valor da produção
PEQUENA	Menos de 10	4,1	4,9	3,2	3,2	10,4	10,4
	10 a - 20	3,9	4,6	3,2	3,0	12,4	10,8
	20 a - 50	8,0	8,9	7,4	6,5	18,0	16,3
	50 a - 100	7,7	8,3	8,1	7,1	11,3	10,5
	Menos de 100	23,7	26,7	21,9	19,8	52,1	48,0
MÉDIA	100 a - 200	9,1	9,5	9,7	8,9	10,4	10,8
	Menos de 200	32,8	36,2	31,6	28,7	62,5	58,8
	200 e - 500	15,9	15,4	16,7	16,1	11,6	12,0
	500 e - 1.000	13,7	12,9	13,8	14,2	8,2	9,1
	1.000 e - 2.000	13,5	12,6	13,8	14,7	6,6	7,2
GRANDE	200 e - 2.000	43,1	40,9	44,3	45,0	26,4	28,3
	2.000 a - 5.000	13,6	12,8	13,0	14,3	5,6	6,6
	5.000 a - 10.000	5,8	5,6	5,4	5,9	2,0	2,3
	10.000 e mais	4,6	4,4	5,7	6,2	3,1	4,0
	2.000 e mais	24,0	22,8	24,1	26,4	10,7	12,9
TOTAL		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
		15.569.258		29.840.376		1.642.093	

* A diferença entre a soma e o total refere-se aos estabelecimentos sem declaração

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE - 1995/6.

Org.: OLIVEIRA, A.U.

O rebanho bovino está concentrado principalmente nos estados do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás. Depois vem, Rio Grande do Sul, São Paulo, Pará, Paraná, Bahia e Rondônia.

A produção de leite

A pecuária leiteira no Brasil tem também na pequena unidade de produção sua maior produção. Presente em 37,2% dos estabelecimentos agropecuários, a produção do leite atinge nos estabelecimentos entre 10 ha e mais hectares, mais de 50% dos mesmos. As pequenas unidades ficam com 90,4% do número destes estabelecimentos produtores, e 70,8% das vacas ordenhadas. Respondem também por 71,5% do volume do leite produzido e 71,6% do valor da produção. (Tabela 25)

As grandes unidades, por sua vez, têm participação inexpressiva deste produto. Trata-se portanto, de mais uma atividade típica da pequena unidade de produção. Inclusive este dado coincide com a pecuária de corte de bovinos, onde a pequena unidade é tipicamente de cria, portanto, produtora de leite. As parcelas médias do valor da produção no setor variam nas pequenas unidades entre R\$2.000,00 e R\$7.600,00. Isto prova uma certa distribuição da renda no setor.

Tabela 25 - Brasil - Leite

Grupos de área total (Hectares)		% nº de produtores em relação nº total grupos de área total	% nº de estabelecimentos Produtores	% número de Vacas ordenhadas	Volume da Produção (mil litros)	% do volume da produção	% do valor da produção
PEQUENA	Menos de 10	19,0	25,3	8,9	1.403.647	7,8	8,9
	10 a - 20	50,1	19,7	10,1	1.930.372	10,8	10,6
	20 a - 50	54,3	24,4	19,4	3.627.925	20,2	19,8
	50 a -100	57,4	12,7	16,6	2.974.821	16,6	16,4
	Menos de 100	24,8	82,1	55,0	9.936.765	55,4	55,7
	100 a - 200	60,1	8,3	15,8	2.883.288	16,1	15,9
	Menos de 200	35,8	90,4	70,8	12.820.053	71,5	71,6
MÉDIA	200 e - 500	64,7	5,9	16,1	2.966.753	16,5	16,4
	500 e - 1.000	64,7	2,1	7,0	1.197.427	6,7	6,5
	1.000 e - 2.000	64,4	1,0	3,6	601.254	3,4	3,5
	200 e - 2.000	64,7	9,0	26,7	4.765.434	26,6	26,4
GRANDE	2.000 a - 5.000	61,3	0,5	1,9	269.209	1,5	1,5
	5.000 a - 10.000	58,7	0,1	0,4	48.360	0,3	0,3
	10.000 e mais	55,9	0,0	0,2	24.769	0,1	0,2
	2.000 e mais	60,3	0,6	2,5	342.338	1,9	2,0
TOTAL		37,2	(*) 100,0	(*) 100,0	(*)	100,0	100,0
			1.810.041	13.722.613	17.931.249		

* A diferença entre a soma e o total refere-se aos estabelecimentos sem declaração

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE - 1995/6.

Org.: OLIVEIRA, A.U.

Entre os principais estados produtores, estão Minas Gerais com quase um terço do total, seguido por Goiás, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Santa Catarina.

A suinocultura

A criação de suínos também é uma atividade disseminada no campo brasileiro, pois, 41,3% dos estabelecimentos desenvolvem-na. As pequenas unidades de produção são detentoras 87,3% do plantel. A participação da grande unidade é pouco expressiva 1,7%. Trata-se portanto, de uma atividade típica das pequenas unidades (Tabela 26)

A modalidade da integração tem sido a forma de subordinação, através da qual as indústrias de processamento da carne e de ração submetem as pequenas unidades de produção aos seus objetivos produtivos. Assim, a suinocultura vai cada vez especializando-se. O processo criatório completo que se fazia em todas as propriedades vai sendo substituído pelos especialistas em produzir leitões (cria) e aqueles que fazem a cria e engorda.

Esta subordinação tem levado os suinocultores integrados a terem que ampliar sua área de plantio de milho, de modo a ampliar as relações de sujeição, garantindo assim, o produto básico na composição da ração.

Tabela 26 - Brasil - Suínos - Plantel Total

Grupos de área total (Hectares)		PLANTEL TOTAL			
		% nº de Criadores em relação nº total dos grupos de área total	Participação % nº estabelecimentos criadores	Número de Cabeças Plantel Total	Participação % Plantel Total
PEQUENA	Menos de 10	36,7	44,0	7.769.142	27,9
	10 a - 20	49,3	17,3	4.483.621	16,2
	20 a - 50	47,5	19,4	6.386.376	23,2
	50 a - 100	44,8	8,9	3.236.627	11,6
	Menos de 100	41,6	89,6	21.875.766	78,9
	100 a - 200	42,1	5,2	2.338.975	8,4
MÉDIA	Menos de 200	41,6	94,8	24.214.741	87,3
	200 e - 500	39,3	3,2	1.816.998	6,5
	500 e - 1.000	37,2	1,1	734.849	2,6
	1.000 e - 2.000	37,2	0,5	517.082	1,9
GRANDE	200 e - 2.000		4,8	3.068.929	11,0
	2.000 a - 5.000	36,5	0,3	307.691	1,2
	5.000 a - 10.000	34,8	0,1	71.483	0,2
	10.000 e mais	33,7	0,1	92.895	0,3
	2.000 e mais		0,4	472.069	1,7
TOTAL		41,3	100,0	(*) 27.811.244	100,0

* A diferença entre a soma e o total refere-se aos estabelecimentos sem declaração

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE - 1995/6.

Org.: OLIVEIRA, A.U.

A Tabela 27 mostra igualmente, a expressiva participação das pequenas unidades de produção no número de cabeças compradas (95,1%), vendidas (88,5%) e abatidas (86,9%). Conseqüentemente, esta participação repete-se no valor da produção: cabeças compradas 93,6%, vendidas 87,5% e abatidas 85,4%. (Tabela 22)

Tabela 27 - Brasil - Número de Suínos - Comprados, Vendidos e Abatidos

Grupos de área total (Hectares)		Compradas		Vendidas		Abatidas	
		Participação % Nº de Cabeças	Participação % valor da produção	Participação % Nº de Cabeças	Participação % valor da produção	Participação % Nº de Cabeças	Participação % valor da produção
PEQUENA	Menos de 10	25,9	24,4	20,5	18,2	29,0	25,4
	10 a - 20	22,9	21,6	19,9	19,1	18,9	19,4
	20 a - 50	29,7	29,0	29,4	29,8	21,7	22,7
	50 a - 100	11,7	13,2	11,7	12,7	10,7	10,6
	Menos de 100	90,2	88,2	81,5	79,8	80,3	78,1
	100 a - 200	4,9	5,4	7,0	7,7	6,8	7,3
MÉDIA	Menos de 200	95,1	93,6	88,5	87,5	86,9	85,4
	200 e - 500	2,6	3,2	6,8	7,0	5,9	6,5
	500 e - 1.000	1,1	1,4	2,2	2,5	2,4	2,6
	1.000 e - 2.000	0,6	0,9	1,5	1,9	3,3	4,0
GRANDE	200 e - 2.000	4,3	5,5	10,5	11,4	11,6	13,1
	2.000 a - 5.000	0,5	0,7	0,7	0,8	0,9	1,0
	5.000 a - 10.000	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,3
	10.000 e mais	0,1	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2
	2.000 e mais	0,6	0,9	1,0	1,1	1,1	1,5
TOTAL		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
		7.873.589		26.625.315		4.611.252	

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE - 1995/6

Org.: OLIVEIRA, A.U.

A parcela média do valor da produção na suinocultura ficou entre R\$1.000,00 e R\$3.600,00 nas pequenas unidades, que representam a grande maioria dos criadores. Mais da metade do plantel de suínos está na região Sul: Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

A avicultura

A criação de aves também é uma atividade disseminada no campo brasileiro, aparecendo em mais de 65% dos estabelecimentos agropecuários. Mas a avicultura especializada como atividade econômica, também está concentrada nas pequenas unidades de produção. Elas são responsáveis por 87,7% do plantel. A participação das grandes unidades neste setor é muito pequena também, menos de 1% (Tabela 28). Tal qual na suinocultura, esta atividade tem na integração com as indústrias de processamento da carne e de ração, sua relação de subordinação principal.

Tabela 28 - Brasil - Aves - Plantel Total e Abatido

Grupos de área total (Hectares)		PLANTEL TOTAL			
		% nº de Criadores em relação nº total dos grupos de área total	Participação % do nº de estabelecimentos criadores	Número de Cabeças Plantel Total (1.000)	Participação % Plantel Total
PEQUENA	Menos de 10	62,8	47,8	184.204	25,7
	10 a - 20	71,1	15,8	117.591	16,4
	20 a - 50	69,7	18,0	173.239	24,1
	50 a -100	67,4	8,5	87.077	12,1
	Menos de 100	65,9	90,1	562.111	78,3
	100 a - 200	64,0	5,0	67.947	9,5
	Menos de 200	65,8	95,1	630.058	87,7
MÉDIA	200 e - 500	57,3	3,0	53.474	7,4
	500 e - 1.000	53,4	1,0	17.837	2,5
	1.000 e - 2.000	52,5	0,5	10.817	1,5
	200 e - 2.000	55,9	4,5	82.128	11,4
GRANDE	2.000 a - 5.000	50,0	0,2	5.550	0,8
	5.000 a - 10.000	47,1	0,1	226	0,0
	10.000 e mais	43,5	0,1	233	0,0
	2.000 e mais	48,8	0,4	6.009	0,8
TOTAL		65,1	100,0	(*) 718.538	100,0

* A diferença entre a soma e o total refere-se aos estabelecimentos sem declaração

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE - 1995/6.

Org.: OLIVEIRA, A.U.

A **Tabela 29** apresenta os dados referentes a expressiva participação das pequenas unidades quanto ao valor da produção do número de cabeças compradas 89,0%, vendidas 88,1% e abatidas 87,0%. A parcela média deste valor da produção na pequena unidade de produção variou entre R\$2.000,00 e R\$6.000,00.

A avicultura de corte foi uma atividade fortemente apoiada durante o Plano Real, o que fez crescer a participação deste setor particularmente na oferta de carne no mercado interno. Atualmente ocupa lugar de destaque na pauta das exportações brasileira figurando entre os dez principais produtos.

Nos últimos anos esta atividade tem expandido-se em direção a região Centro Oeste, em função da forte presença de uma agricultura de grãos. Mato Grosso do Sul, Goiás e Mato Grosso tem atualmente ampliada a presença desta atividade. Mas, a região Sul tem no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul mais da metade do plantel nacional.

Tabela 29 - Brasil – Valor da Produção das Aves Compradas, Vendidas e Abatidas

Grupos de área total (Hectares)		Compradas (*)	Vendidas (**)	Abatidas
		Participação % valor da produção	Participação % valor da produção	Participação % valor da produção
PEQUENA	Menos de 10	29,4	25,9	32,7
	10 a - 20	16,6	17,2	15,8
	20 a - 50	23,9	24,8	20,9
	50 a -100	11,7	11,6	11,0
	Menos de 100	81,6	79,5	80,4
	100 a - 200	7,4	8,6	6,6
	Menos de 200	89,0	88,1	87,0
MÉDIA	200 e - 500	6,5	7,0	5,8
	500 e - 1.000	1,9	2,2	3,7
	1.000 e - 2.000	1,4	1,4	2,8
	200 e - 2.000	9,8	10,6	12,3
GRANDE	2.000 a - 5.000	1,1	1,2	0,5
	5.000 a - 10.000	0,0	0,0	0,1
	10.000 e mais	0,1	0,1	0,1
	2.000 e mais	1,2	1,3	0,7
TOTAL		100,0	100,0	100,0

(*) Inclui ovos para incubação e pintos de um dia. (**) Inclui apenas pintos de um dia.

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE - 1995/6.

Org.: OLIVEIRA, A.U.

A produção de ovos

A produção de ovos também é uma atividade disseminada em grande parte dos estabelecimentos agropecuários (55%). A avicultura de postura porém, está também concentrada nas pequenas unidades de produção (92,2%). Elas são responsáveis por 79,3% do volume da produção e 77,7% do valor da produção. A participação das grandes é inexpressiva (2,2%). (Tabela 30)

O estado de São Paulo e de Minas Gerais respondem por mais de um terço da produção nacional de ovos.

Tabela 30 - Brasil – Ovos

Grupos de área total (Hectares)		Participação % n° de estabelecimentos	TOTAL da Produção (mil dúzias)	Participação % do volume da produção	Participação % do valor da produção
PEQUENA	Menos de 10	47,3	334.548	17,7	17,8
	10 a - 20	16,0	224.836	11,9	11,4
	20 a - 50	18,1	383.052	20,3	19,5
	50 a -100	8,4	263.237	14,0	13,4
	Menos de 100	87,2	1.205.673	63,9	62,1
	100 a - 200	5,0	290.070	15,4	15,6
	Menos de 200	92,2	1.495.743	79,3	77,7
MÉDIA	200 e - 500	3,0	201.331	10,7	11,4
	500 e - 1.000	1,0	85.461	4,5	4,8
	1.000 e - 2.000	0,5	61.719	3,3	3,9
	200 e - 2.000	4,5	348.511	18,5	20,1
GRANDE	2.000 a - 5.000	0,2	39.990	2,1	2,0
	5.000 a - 10.000	0,1	516	0,1	0,1
	10.000 e mais	0,0	379	0,0	0,1
	2.000 e mais	0,3	40.885	2,2	2,2
TOTAL		(*) 100,0	(*) 1.885.415	(*) 100,0	(*) 100,0

* A diferença entre a soma e o total refere-se aos estabelecimentos sem declaração

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE - 1995/6.

Org.: OLIVEIRA, A.U.

O milho

Cultura milenar entre os povos indígenas da América, o milho tornou-se outra vedete do agronegócio depois da expansão da produção de ração para a avicultura e a suinocultura. Por isso a expressiva distribuição de sua produção pelos estabelecimentos agropecuários onde alcança a presença em 52,3% do total.

As pequenas unidades representavam 95,8% dos estabelecimentos produtores, 66,8% da área plantada, 54,2% do total produzido e 57,7% do valor da produção. As grandes unidades de produção ficaram com 7,1% da área plantada, 10,8% do volume e 9,6% do valor da produção. A **Tabela 31** tem mais informações estatísticas sobre o setor.

A área total cultivada com milho no Brasil, foi de 11 milhões de hectares, ou 1,3% da área total do país, na safra 96/5. Passando para 12,3 milhões na safra 2.002/03 e um volume de produção de 35,9 milhões de toneladas. A previsão para a safra 2.003/04 é de 13 milhões de hectares plantados e uma produção de perto de 40 milhões de toneladas. Os principais estados produtores são o Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo. Destacando-se também, Santa Catarina, Goiás, Mato Grosso, Bahia e o Ceará.

Tabela 31 - Brasil - Milho em grão

Grupos de área total (Hectares)		% nº de produtores em relação nº total dos grupos de área total	Número de Produtores	Área Colhida (Hectares)	Participação % nº de estabelecimentos	Participação % área colhida (Hectares)	Participação % volume da produção	Participação % valor da produção
PEQUENA	Menos de 10	52,1	1.252.265	1.763.223	49,3	16,7	8,5	9,7
	10 a - 20	58,0	407.122	1.272.003	16,0	12,0	9,9	10,6
	20 a - 50	55,8	454.687	1.901.032	17,9	17,9	15,8	16,6
	50 a - 100	51,4	205.793	1.137.844	8,1	10,7	10,1	10,5
	Menos de 100	53,7	2.319.867	6.074.102	91,3	57,3	44,3	47,4
	100 a - 200	46,9	115.563	1.008.683	4,5	9,5	9,9	10,3
	Menos de 200	53,3	2.435.430	7.082.785	95,8	66,8	54,2	57,7
MÉDIA	200 e - 500	41,2	68.054	1.300.152	2,7	12,3	15,4	14,8
	500 e - 1.000	36,5	21.293	830.859	0,8	7,8	10,6	9,6
	1.000 e - 2.000	32,3	9.212	636.690	0,4	6,0	9,0	8,3
	200 e - 2.000	39,1	98.559	2.767.701	3,9	26,1	35,0	32,7
GRANDE	2.000 a - 5.000	27,8	4.160	495.112	0,2	4,7	7,0	6,2
	5.000 a - 10.000	21,6	797	138.005	0,1	1,3	2,0	1,8
	10.000 e mais	18,7	408	118.596	0,0	1,1	1,8	1,6
	2.000 e mais	25,7	5.365	751.713	0,3	7,1	10,8	9,6
TOTAL		52,3	2.539.892	10.602.850	100,0	100,0	100,0	100,0

* A diferença entre a soma e o total refere-se aos estabelecimentos sem declaração

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE - 1995/6.

Org.: OLIVEIRA, A.U.

O arroz

Um dos produtos básicos da alimentação dos trabalhadores brasileiros, o arroz foi em outros tempos um produto disseminado na maioria dos estabelecimentos agropecuários do país. Entretanto, hoje aparece em apenas 19,1% do total dos estabelecimentos. As pequenas unidades representavam 94,9% dos produtores e 50,9% da área cultivada. Produziram também, 38,9% do volume e 39,6% do valor da produção. As grandes unidades cultivaram apenas 6,8% da área, colheram 18,4% do volume de produção e ficaram com 17,7% do valor de produção. A **Tabela 32** apresenta mais dados sobre a produção de arroz.

A área total cultivada com arroz no Brasil, foi na safra 95/6, de 3 milhões de hectares, ou 0,3% da área total do país. Na safra de 2002/03, a área cultivada foi de 3,1 milhões de hectares

e o volume de produção de 10,4 milhões de toneladas. A previsão da safra de 2003/04 é de 3,3 milhões de hectares cultivados e uma produção de 11,7 milhões de toneladas. O Rio Grande do Sul responde por mais da metade da produção, vindo depois, Mato Grosso, Santa Catarina e o Maranhão.

Fato importante ocorre com a produção de arroz no Brasil, pois praticamente desde o início da década de 90 que o volume de produção não aumenta, e este fato tem gerado a necessidade da importação do produto estrangulando ainda mais o setor, pois em geral, o arroz importado tem preço menor que o produzido no país. A importação em 2.002, foi de 1,5 milhão de toneladas e a necessidade para 2.003 foi semelhante.

Tabela 32 - Brasil – Arroz em casca

Grupos de área total (Hectares)		% nº de produtores em relação nº total dos grupos de área total	Número de Produtores	Área Colhida (Hectares)	Participação % nº de estabelecimentos	Participação % área colhida (Ha)	Participação % volume da produção	Participação % valor da produção
PEQUENA	Menos de 10	18,2	437.633	427.910	47,2	14,4	7,9	8,5
	10 a – 20	16,2	113.625	144.186	12,2	4,8	3,7	3,7
	20 a – 50	20,6	167.821	342.783	18,1	11,5	9,1	9,1
	50 a –100	25,2	100.801	306.323	10,9	10,3	8,4	8,4
	Menos de 100	19,0	819.880	1.221.202	88,4	41,0	29,1	29,7
	100 a – 200	24,3	59.874	294.159	6,5	9,9	9,8	9,9
	Menos de 200	19,3	879.754	1.515.361	94,9	50,9	38,9	39,6
MÉDIA	200 e – 500	18,5	30.518	394.543	3,3	13,3	16,9	16,9
	500 e – 1.000	16,6	9.668	283.933	1,0	9,5	13,3	13,3
	1.000 e – 2.000	16,1	4.580	283.017	0,5	9,5	12,5	12,5
	200 e – 2.000	17,8	44.766	961.493	4,8	32,3	42,7	42,7
GRANDE	2.000 a – 5.000	14,9	2.232	239.105	0,2	8,0	9,6	9,5
	5.000 a – 10.000	14,0	518	118.570	0,1	4,0	4,1	3,7
	10.000 e mais	12,2	266	142.413	0,0	4,8	4,7	4,5
	2.000 e mais	14,5	3.016	500.088	0,3	16,8	18,4	17,7
TOTAL		19,1	927.619	2.977.019	(*)	(*)	(*)	(*)
					100,0	100,0	100,0	100,0

* A diferença entre a soma e o total refere-se aos estabelecimentos sem declaração

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE – 1995/6.

Org.: OLIVEIRA, A.U.

O feijão

Outro produto básico da alimentação dos trabalhadores brasileiros, o feijão aparece cultivado em 36,5% dos estabelecimentos agropecuários. As pequenas unidades de produção representavam 92,8% dos produtores e cultivavam 87,6% da área plantada. Elas ainda, foram responsáveis por 77,6% do volume e 76,9% do valor da produção. As grandes unidades produziram apenas 4,7% do volume da produção. (Tabela 33)

A área total cultivada com feijão no Brasil, na safra 2002/03 foi de 4,3 milhões de hectares, ou 0,5% da área total do país. O volume da produção foi de 3,0 milhões de toneladas e estima-se para 2003/04 uma colheita de 3,4 milhões de toneladas. Entre os principais estados produtores estão: Paraná, Minas Gerais, Bahia e Goiás.

A produção nacional de feijão vive quadro semelhante ao arroz. Sua produção não cresce desde o início dos anos 90, e o país tem também usado da importação para suprir o mercado.

Tabela 33 - Brasil - Feijão em grão

Grupos de área total (Hectares)		% n° de produtores em relação n° total dos grupos de área total	Número de Produtores	Área Colhida (Hectares)	Participação % n° de estabelecimentos	Participação % área colhida (Ha)	Participação % volume da produção	Participação % valor da produção
PEQUENA	Menos de 10	37,3	896.195	1.376.442	50,6	33,7	26,5	26,4
	10 a - 20	40,4	283.024	640.803	16,0	15,7	14,2	14,1
	20 a - 50	35,3	287.733	828.050	16,2	20,2	19,1	18,1
	50 a - 100	29,9	119.902	444.747	6,8	10,9	10,3	10,5
	Menos de 100	36,7	1.586.854	3.289.991	89,6	80,5	70,1	69,2
	100 a - 200	23,5	57.967	291.278	3,2	7,1	7,5	7,7
MÉDIA	Menos de 200	36,0	1.644.821	3.581.269	92,8	87,6	77,6	76,9
	200 e - 500	16,7	27.618	248.498	1,6	6,1	8,8	8,9
	500 e - 1.000	11,7	6.855	107.643	0,4	2,6	4,5	4,7
	1.000 e - 2.000	8,5	2.417	73.749	0,1	1,8	4,4	4,6
GRANDE	200 e - 2.000	14,6	36.890	429.890	2,1	10,5	17,7	18,3
	2.000 a - 5.000	5,8	874	46.441	0,1	1,1	2,5	2,6
	5.000 a - 10.000	4,3	158	15.514	0,0	0,4	1,3	1,3
	10.000 e mais	4,3	93	11.682	0,0	0,3	0,9	0,9
	2.000 e mais	5,4	1.125	73.637	0,1	1,8	4,7	4,8
TOTAL		36,5	*1.773.120	*4.085.523	*100,0	*100,0	*100,0	*100,0

* A diferença entre a soma e o total refere-se aos estabelecimentos sem declaração

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE - 1995/6.

Org.: OLIVEIRA, A.U.

A mandioca

A mandioca, alimento básico desde os povos indígenas, aparece cultivada comercialmente em 36,5% do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. As pequenas unidades de produção responderam na safra 95/6 por 97,5% dos produtores de mandioca. Cultivaram também, 92,7% da área, colheram 91,8% da produção e ficaram com 93,5% do valor da produção gerado. É óbvio que, esta chamada "cultura de pobre" não chegou a atingir nem 1% nas grandes unidades. (Tabela 34)

A área total cultivada com mandioca no Brasil, foi na safra 95/6 de 1,5 milhões de hectares, ou 0,2% da área total do país. Na safra de 2002/03, a área plantada foi de 1,7 milhão de hectares e produção de 23,0 milhões de toneladas.

A situação vivida pelos produtores de mandioca é semelhante ao arroz e o feijão. Ela não cresce desde o início da década de 90, inclusive a previsão de queda na produção na safra 2003/04.

Tabela 34 - Brasil - Mandioca

Grupos de área total (Hectares)		% n° de produtores em relação n° total dos grupos de área total	Número de Produtores	Área Colhida (Hectares)	Participação % n° de estabelecimentos	Participação % área colhida (Ha)	Participação % volume da produção	Participação % valor da produção
PEQUENA	Menos de 10	26,1	626.926	480.684	54,1	39,0	35,0	35,1
	10 a - 20	28,0	196.273	201.003	16,9	16,3	18,0	19,2
	20 a - 50	23,9	194.862	256.923	16,8	20,8	21,9	21,5
	50 a - 100	18,6	74.311	124.574	6,4	10,1	10,1	10,5
	Menos de 100	25,3	1.092.372	1.063.184	94,2	86,2	85,0	86,3
	100 a - 200	15,6	38.435	78.718	3,3	6,5	6,8	7,2
MÉDIA	Menos de 200	24,8	1.130.807	1.141.902	97,5	92,7	91,8	93,5
	200 e - 500	11,4	18.907	51.920	1,7	4,3	4,2	3,5
	500 e - 1.000	9,9	5.800	19.764	0,5	1,6	1,8	1,6
	1.000 e - 2.000	8,2	2.345	11.098	0,2	0,9	1,4	0,8
GRANDE	200 e - 2.000	10,7	27.052	82.782	2,4	6,8	7,4	5,9
	2.000 a - 5.000	7,0	1.056	5.545	0,1	0,4	0,5	0,4
	5.000 a - 10.000	5,9	217	1.599	0,0	0,1	0,2	0,1
	10.000 e mais	6,6	145	1.249	0,0	0,1	0,1	0,1
	2.000 e mais	6,8	1.418	8.393	0,1	0,5	0,8	0,6
TOTAL		23,9	*1.159.430	*1.233.138	100,0	100,0	100,0	100,0

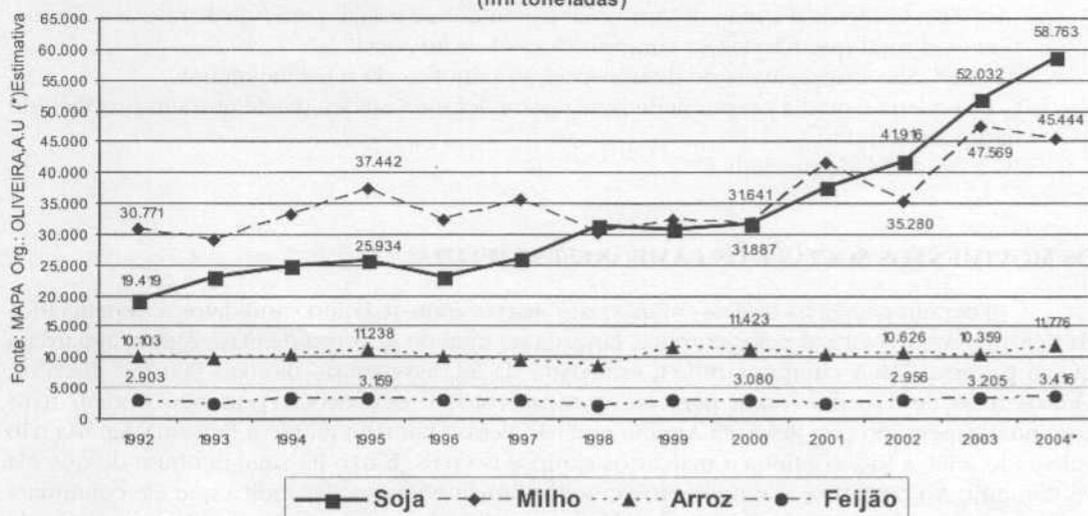
* A diferença entre a soma e o total refere-se aos estabelecimentos sem declaração

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE - 1995/6.

Org.: OLIVEIRA, A.U.

É necessário destacar que a produção dos alimentos básicos dos trabalhadores brasileiros ficou inteiramente comprometida no governo FHC. O **Gráfico 05** mostra de forma clara a situação crítica vivida pela produção de arroz e feijão no Brasil. Urge, portanto, alterar este quadro, pois, as pequenas unidades de produção são os espaços privilegiados destas produções.

Gráfico 05
BRASIL - Evolução Produção - 1.992 a 2.004*
(mil toneladas)



Assim, a análise do caminho a seguir pela pequena unidade de produção no campo, deve ser refletida entre o voo cego do agronegócio e do mercado mundial ou, entre uma política de soberania alimentar sustentada em sólido mercado interno, com apoio em subsídios públicos, porque é assim, em todo o mundo capitalista. Os recursos do fundo público devem ser destinados aos pequenos camponeses e sobretudo à Reforma Agrária. Os capitalistas mundializados devem arcar com sua condição de capitalista e fazer os investimentos com recursos próprios. Afinal o provérbio é deles mesmo: *"quem não tem competência não se estabelece"*.

Quanto aos sem terra, trata-se de uma dívida histórica. Agora, espero, é chegada sua vez e sua hora.

A REFORMA AGRÁRIA É O CAMINHO, POIS AS PEQUENAS UNIDADES SÃO TAMBÉM, AS QUE PODERÃO GERAR MAIS EMPREGOS

A análise do conjunto do pessoal empregado no campo brasileiro mostra que as pequenas unidades são aquelas que mais empregam e destinam parte expressiva de suas rendas para esta finalidade. Do total do pessoal empregado nos estabelecimentos (17,9 milhões de trabalhadores) as pequenas unidades empregaram 87,3% deste contingente, as médias 10,2% e os latifúndios apenas e tão somente 2,5%. Quanto a massa total dos salários pagos e do volume de produtos igualmente pagos, as pequenas unidades participaram com 50,2%, as médias com 31,7% e os latifúndios com apenas 18,1%.

Assim, de acordo com todos estes dados provenientes da agropecuária brasileira, os latifúndios "escondem" a terra improdutiva. Na realidade, o papel da grande propriedade no país, sempre foi servir de reserva patrimonial e de valor às elites. A terra por eles não é apropriada privadamente para produzir. Este processo tem uma história longa de mais de 500 anos. Mas, a terra não pode ser considerada uma mercadoria qualquer que pode ficar retida, acumulada nas mãos de poucos. Ela é uma coisa especial. Dela depende a humanidade para sobreviver. Por isso que a maioria dos países impôs leis severas contra a concentração da terra. A terra somente tem sentido de ser apropriada com fins produtivos. E não é isto que se tem verificado com os latifúndios existentes no Brasil.

Ao contrário, as pequenas unidades de produção na agricultura nacional sempre tiveram sua apropriação fundada na produção, daí sua participação expressiva inclusive no agronegócio.

Assim, uma política de Reforma Agrária ampla e massiva com uma política agrícola consistente e apropriada, vai aumentar significativamente a oferta de produtos agrícolas quer para o mercado interno quer para o mercado mundial. Uma política consistente de soberania alimentar no Brasil passa necessariamente, por uma Reforma Agrária ampla e massiva e por uma política agrícola de apoio às pequenas unidades de produção. Como o governo LULA foi eleito, para ser um governo das reformas, este deve ser seu rumo mais adequado. Trata-se portanto, de fazer cumprir o que está expresso na Constituição Federal do país:

“Art. 184. Compete á União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social ...”

Art. 185. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária:

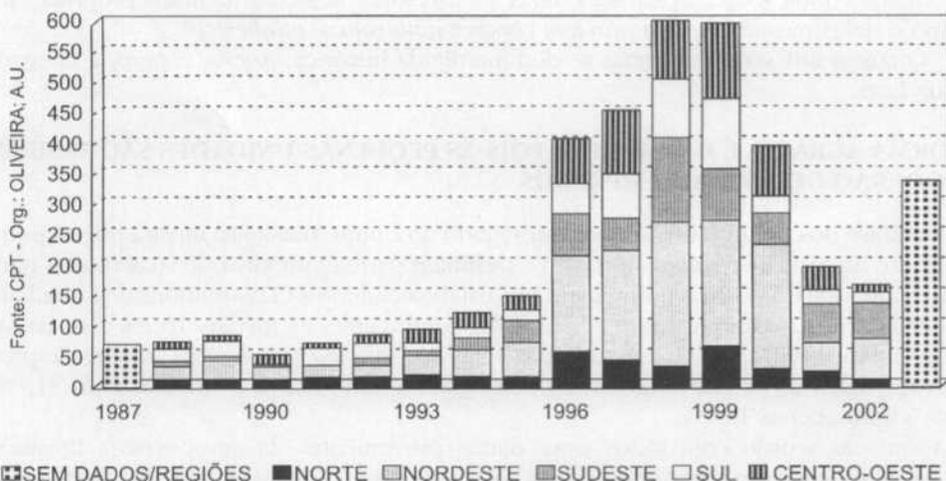
I- a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra;

II- a propriedade produtiva.”

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS CAMPONESES EM LUTA

Foi com paciência que os camponeses inscreveram-se como candidatos a beneficiários da Reforma Agrária virtual pelos correios, lançada no final do governo de FHC. Agora, aguardam que o governo LULA cumpra também esta parte da lei, assentando os mais 800 mil inscritos. Outros mais de 170 mil foram para os acampamentos e ocupações, pois não podem mais continuar esperando esta Reforma Agrária que não vem. Assim, enquanto a Reforma Agrária não vai sendo feita, a luta continua a marcar os campos do país. E não há sinal nenhum de que ela vá diminuir. Ao contrário, o surgimento de novos movimentos sociais indica que ela continuará a crescer. A queda as ocupações no final do governo FHC, significou recuo tático, acúmulo de forças e retorno à luta. (Gráfico 06)

Gráfico 05
BRASIL: OCUPAÇÕES DE TERRA - 1987 A 2003
(Número Total - Participação Regional)



Essas lutas trazem à cena os novos personagens da política brasileira como escreveu um dia o brilhante Eder Sader. Os movimentos sociais que marcam suas ações pela luta por direitos são portanto, parte constitutiva da modernidade. Trazem à cena novas práticas, novas ações, novos signos e novos sinais. Como tenho escrito repetidas vezes, um bom exemplo disto que estou afirmando são as palavras e concepções do subcomandante Marcos e do zapatismo em Chiapas no México:

*"o zapatismo não é uma nova doutrina ou ideologia, nem uma bandeira que substitua o comunismo, o capitalismo ou a social-democracia. Nem chega a ter corpo teórico acabado. Somos escorregadios para definições. Escapamos dos esquemas. O zapatismo é um sintoma do que está ocorrendo no mundo, algo maior e mais geral que, em cada continente aparece de uma forma. Em cada lugar essa rebeldia apresenta formas e reivindicações próprias. Por isso dizemos que as rebeliões pelo mundo afora têm muito do zapatismo".*²²

Outra questão central que os movimentos sociais do final do século XX trazem ao cenário político, é a firme convicção política sobre a necessidade de se redefinir a questão do poder e as formas de se fazer política. Em decorrência desta visão não reproduzem os esquemas baseados no princípio de que

*"para mudar o mundo é necessário tomar o poder e, já no poder, organizá-lo como melhor convém ao mundo, isto é, como melhor convém, a quem está no poder. Pensamos que, se mudarmos a maneira de ver o poder, afirmando que não queremos tomá-lo, isso produzirá outra forma de fazer política e outro tipo de político, diferente dos que sofremos hoje em todo o espectro, esquerda, centro, direita e as variações que haja."*²³

É por isso que o campesinato no Brasil, segue sua já longa marcha. Caminham em busca do futuro. Caminham lutando contra o capitalismo rentista que semeia a violência e a barbárie. Caminharam e lutaram contra o governo FHC que, invés de fazer a Reforma Agrária, tentou impor aos movimentos sociais, a barbárie das medidas provisórias inconstitucionais. Continuam a caminhar apesar de que os textos de muitos intelectuais os ignorem ou os "assassinem" querendo vê-los como sujeitos sociais fora do futuro. Por tudo isso também, penso que, o caminho seja continuar a marcha que os poetas cantam:

*"Penso que cumprir a vida
Seja simplesmente
Compreender a marcha
Ir tocando em frente..."*²⁴

E como ainda não perdi a esperança, penso ser melhor continuar cantando os versos do poema canção "A GRANDE ESPERANÇA" que nasceu nos fins de 50 e começo de 60 do século passado com Goiás e Francisco Lázaro, e que tem sido reatualizada pelos movimentos sociais:

²² Atenção – ano 2, nº 8, Editora Página Aberta Ltda, São Paulo, 1996, p. 41.

²³ Idem, p. 32

²⁴ Almir Sater e Renato Teixeira "Tocando em Frente".

²⁵ Goiás e Francisco Lázaro "A grande Esperança".

*A classe roceira e a classe operária
Ansiosas esperam a reforma agrária
Sabendo que ela dará solução
Para a situação que está precária
Saindo o projeto do chão brasileiro
De cada roceiro plantar sua área
Sei que na miséria ninguém viveria.
E a produção já aumentada
Quinhentos por cento até na pecuária
Esta grande crise que há pouco surgiu
Maltrata o caboclo ferido em seu brio
Dentro de um país rico e altaneiro
Morrem brasileiros de fome e de frio
Em nossas manchesters de ricos imóveis
Milhões de automóveis já se produziu
Enquanto o coitado do pobre operário
Vivendo apertado ganhando um salário
Que sobe depois que tudo subiu.
Nosso lavrador que vive do chão
Só tem a metade de sua produção
Porque a semente que ele semeia
Tem que ser à meia com o seu patrão
Os nossos roceiros vivem num dilema
E o seu problema não tem solução
Porque o ricaço que vive folgado
Acha que o projeto se for assinado
Estará ferindo a Constituição.
A grande esperança que o povo conduz
Pedir a Jesus pela oração
Prá guiar o pobre por onde ele trilha
E a cada família não faltar o pão
Que ele não deixe o capitalismo
Levar ao abismo a nossa nação
A desigualdade que existe é tamanha
Enquanto o ricaço não sabe o que ganba
O pobre do pobre vive de tostão.
(A GRANDE ESPERANÇA) ²⁵*

(São Paulo nesta “fria” primeira primavera e início de verão do governo LULA)